

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Telefónica S.A. (“Telefónica”), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo ações em tesouraria de 73,58% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”), exceto os municípios que compõem o setor 33; (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”, comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) TV por assinatura (serviço de acesso condicionado – “SEAC”) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”).

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os termos de autorização de uso de frequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 22). Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

No leilão para venda das sobras de radiofrequência nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, realizado pela ANATEL em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450. Em 21 de julho de 2016, através dos atos nº 2.483, nº 2.485 e nº 2.486, o Conselho Diretor da ANATEL decidiu homologar o uso destas radiofrequências. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 26 de julho de 2016 e publicados no Diário Oficial da União (“DOU”) em 26 de agosto de 2016. Em 2016, este montante foi registrado como licenças no ativo intangível (nota 14).

A seguir, demonstramos um resumo das autorizações para a prestação do SMP, outorgadas para a Companhia, conforme os editais específicos para cada leilão realizado pela ANATEL.

Frequência	Vencimentos das Autorizações (Ano)							
	450 MHz	700 MHz	800 MHz (4)	900 MHz	1800 MHz	2100 MHz (5)	2,5 GHz	2,5 GHz
Banda	Banda 14 MHz	Banda 20 MHz	Banda 25 MHz	Banda 5 MHz	Banda 20 MHz	Banda 30 MHz	Banda 40 MHz	Banda 10 MHz
Área de Operação								
Região 1 (1)	2027	2029	2020 / 2023 / 2028	2020 / 2023	2020 / 2023	2022 / 2023	2027	2031
Região 2 (2)	-	2029	2021 / 2022 / 2023 / 2024 / 2028	2023	2023	2022 / 2023	2027	2031
Região 3 (3)	2027	2029	2023 / 2024	-	2023	2022 / 2023	2027	2031

- (1) Inclui os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.
- (2) Inclui os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre.
- (3) Compreende ao Estado de São Paulo.
- (4) Todos os termos de autorização das bandas A e B já foram renovados por mais 15 anos. Portanto, não cabe outra renovação (completados os 30 anos de autorização).
- (5) Os termos de autorização da banda L, atrelados às bandas A ou B, foram renovados no mesmo período dessas bandas. As bandas L que foram realinhadas à banda J passam a ter a mesma data para renovação dessa última. Na região 10 e nos setores 22, 25, 30 e 33 do PGO, no entanto, espera-se concluir o realinhamento até março de 2017, sujeito à aprovação da ANATEL.

As autorizações para cada Região/Estado apresentadas no quadro acima, estão definidas em cada termo de autorização.

c) Reestruturação Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a Reestruturação Societária de acordo com os termos e condições propostos em 14 de março de 2016, conforme descrita a seguir.

A GVT Participações S.A. ("GVTPart.") era a controladora da Global Village Telecom S.A. ("GVT"), sociedades que eram controladas pela Companhia de 28 de maio de 2015 a 1º de abril de 2016 (nota 4). A GVT era a controladora direta da POP Internet Ltda. ("POP") e indireta da Innoweb Ltda. ("Innoweb"), sociedades com sede no Brasil.

A POP fornece serviços como provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb (controlada pela POP) fornece serviços com base na tecnologia VoIP (*voice over IP*), que possibilita a realização de chamadas via *internet* com as facilidades inerentes a este meio.

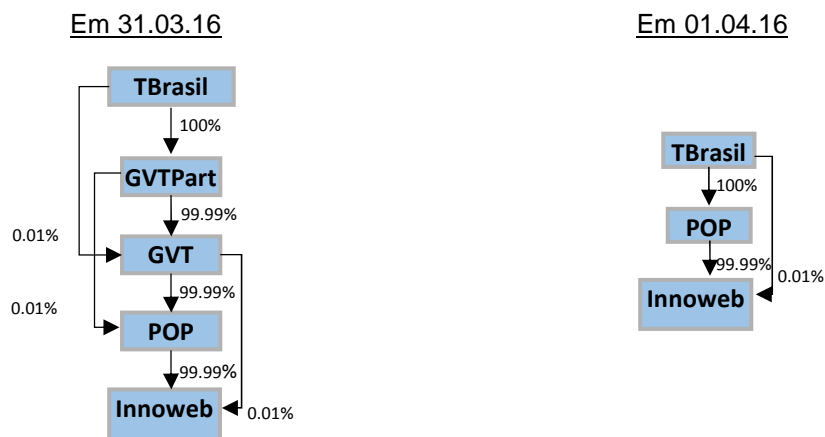
A Reestruturação Societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016, publicado no DOU de 28 de janeiro de 2016, com as condicionantes nele previstas.

A Reestruturação Societária ocorreu na mesma data da AGE mencionada acima, tendo ocorrida da seguinte forma: (i) a GVT foi cindida e o seu acervo líquido concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de telecomunicações foi absorvido pela GVTPart. e a parcela restante, concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às demais atividades que não de telecomunicações, foi absorvida pela POP; e (ii) o acervo líquido da GVTPart. (após a incorporação do acervo líquido da GVT, item (i)) foi absorvido pela Companhia.

A Reestruturação Societária visou a padronização dos serviços desenvolvidos pelas sociedades envolvidas neste processo, com: (i) concentração da prestação dos serviços de telecomunicações em uma única sociedade, a Companhia; e (ii) migração das atividades que eram prestadas pela GVT, especificamente aquelas que não eram relativas aos serviços de telecomunicações para a POP.

Desta forma, a simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços de telecomunicações na Companhia, favorece um ambiente de convergência, facilitando a consolidação e confluência na oferta de serviços de telecomunicações e a simplificação da oferta de pacotes de serviços, bem como a otimização de custos administrativos e operacionais, e a padronização das operações das sociedades envolvidas na Reestruturação Societária.

As estruturas societárias em 31 de março de 2016 (antes da Reestruturação Societária) e de 1º de abril de 2016 em diante (após a Reestruturação Societária), considerando apenas as sociedades envolvidas na Reestruturação Societária eram as seguintes:



Dado que a incorporação da GVTPart. pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a GVTPart. era subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da GVTPart. por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Adicionalmente, no que tange à operação que antecede a incorporação da GVTPart. pela Companhia, também não há que se falar em relação de substituição, dado que a GVT era controlada pela GVTPart. e pela própria Companhia, inexistindo acionistas minoritários.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da GVTPart., em razão de ser esta subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da GVTPart. de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, bem como ativos não financeiros adquiridos em uma combinação de negócios, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, quando aplicável.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais (demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações do valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, deve-se levar em conta os efeitos da incorporação da GVTPart. ocorrida em 1º de abril de 2016 (nota 1c).

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 35 as demonstrações dos resultados consolidados pró-forma (não auditadas ou revisadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios consistentes com as IFRS emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2016, que são as mesmas seguidas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC"), descritos a seguir, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, mas não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

- *IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations* (Ativos Não Correntes Destinados a Venda e Operações Descontinuadas), revisão;
- *IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures* (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão;
- *IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão;
- *IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts* (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão;
- *IAS 1 Disclosure Initiative* (Iniciativas de Divulgação), revisão;
- *IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão;
- *IAS 19 Employee Benefits* (Benefícios a Empregados), revisão; e
- *IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statements* (Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e Emendas a Normas	Vigência a partir de:
<i>IAS 7 Cash Flow (Fluxo de Caixa)</i> , revisão.	1º de janeiro de 2017
<i>IAS 12 Income Taxes (Imposto de Renda)</i> , revisão.	1º de janeiro de 2017
<i>IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)</i> , emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)</i> , emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 2 Classification and Valuation of Share Based Transactions (Classificação e Valoração de Transações de Remuneração em Ações)</i> , revisão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 4 Insurance Contracts (Contratos de Seguros)</i> , revisão.	1º de janeiro de 2018
<i>IAS 40 Investment Property Transfers (Transferência de Contratos de Investimentos)</i> , revisão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRIC 22 Transactions in Foreign Currency and Advance Payments (Transações em Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados)</i> , emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>Annual Improvements to IFRS, 2014-2016 Cycle (Melhorias Anuais do IFRS - Ciclo 2014-2016)</i> , emissão.	1º de janeiro de 2017/2018
<i>IFRS 16 Leases (Arrendamentos)</i> , emissão.	1º de janeiro de 2019
<i>IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion (Aplicando a Exceção na Consolidação)</i> , revisão.	A definir

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação de muitas destas normas, alterações e interpretações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. No entanto, estima-se que as seguintes normas emitidas, porém não com aplicação obrigatória, poderão ter um impactos significativos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no momento de sua aplicação e prospectivamente.

IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), emissão: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9, que substitui o IAS 39 e todas as versões anteriores da IFRS 9.

A IFRS 9 aplica-se a ativos e passivos financeiros e estabelece os critérios de classificação, avaliação, perdas e de baixa no reconhecimento de tais itens, bem como um novo modelo de contabilização de *hedge*. A Companhia estima que as grandes alterações ocorrerão na documentação de políticas e estratégias de *hedge*, bem como na estimativa das perdas esperadas nos ativos financeiros. As alterações introduzidas pela IFRS 9 afetarão o reconhecimento de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos a partir de 1º de Janeiro de 2018. A Companhia está realizando o processo de implementação dos novos critérios, mas devido a relevância do itens potencialmente afetados e a complexidade das estimativas, entende que não seja razoavelmente possível quantificar os impactos da aplicação desta norma na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receitas de Contratos com Clientes), emissão: A IFRS 15 estabelece critérios para a contabilização das receitas de contratos de clientes. A Companhia está atualmente no processo de estimar os impactos desta nova norma em seus contratos. Esta análise identificou uma série de impactos esperados relacionados aos seguintes aspectos, entre outros:

- Conforme a política contábil atual, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e televisão, sendo, a receita total de serviços, distribuída entre seus elementos, identificados com base em seus respectivos valores justos.

Com a IFRS 15, os valores serão atribuídos a cada elemento em função da base nos preços de venda independentes de cada componente individual em relação ao preço total do pacote e a receita será reconhecida quando (e a medida) que a obrigação seja satisfeita. Consequentemente, a aplicação dos novos critérios significará uma aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos, que são geralmente reconhecidas no momento da entrega ao consumidor final. Na medida em que os pacotes são comercializados com um desconto, a diferença entre o lucro nas vendas de equipamentos e o valor recebido do cliente no início do contrato será reconhecido como um ativo contratual.

- De acordo com os critérios atualmente em vigor, todos os custos diretamente relacionados com a captação de contratos comerciais (comissões de vendas e outras despesas com terceiros) são contabilizados como despesas, quando incorridos. Por outro lado, a IFRS 15 exige o reconhecimento de um ativo para os valores incorridos por estes conceitos e o seu posterior reconhecimento à resultados, conforme o período de vigência do respectivo contrato. Da mesma forma, certos custos relacionados ao cumprimento do contrato, atualmente reconhecidos como despesas, quando incorridos, passarão a ser diferidos, quando associados com as obrigações de cumprimento, ao longo do período desse contrato.
- Em comparação com a norma atualmente existente, a IFRS 15 estabelece requisitos muito mais detalhados sobre o tratamento contábil das alterações dos contratos. Assim, certas alterações serão registradas de forma retrospectiva e outras prospectivamente como uma obrigação em separado ou contratual resultante da redistribuição de receitas, entre as várias obrigações de cumprimento identificados.

A Companhia está avançando no processo de implementação dos novos critérios, mas devido ao alto número de transações afetadas, o elevado volume e dispersão das informações necessárias e a complexidade das estimativas, a Companhia entende que na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não pode mensurar de forma confiável o impacto da aplicação desta norma.

No entanto, considerando as atuais ofertas comerciais, bem como o volume de contratos afetados, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 15 terá um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras na data inicial de sua aplicação. Além disso, as demonstrações financeiras da Companhia incluirão divulgações mais quantitativas de contas relacionadas a receitas.

IFRS 16 – Leases (Arrendamentos), emissão: A IFRS 16 estabelece que as companhias que atuam como arrendatários devem reconhecer no balanço patrimonial os ativos e passivos decorrentes de todos os contratos de arrendamento (exceto para os contratos de arrendamento a curto prazo e aqueles para os ativos de baixo valor).

A Companhia tem um número muito elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como torres de terceiros, circuitos, imóveis e terrenos (onde as torres próprias estão localizadas, principalmente). Segundo a norma atual, uma parcela significativa de tais contratos são classificados como arrendamentos operacionais, onde geralmente os pagamentos são registrados de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados.

Além do prazo do arrendamento, serão utilizadas premissas para calcular a taxa de desconto, que dependerá principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados. Além das estimativas anteriores, a norma permite dois métodos de transição, sendo: (i) retrospectivamente completa para cada período comparativo apresentado; e (ii) modificada retrospectivamente com o efeito acumulado da aplicação inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. Além disso, é possível escolher soluções práticas específicas no momento da aplicação da norma sobre a valoração do passivo, taxa de desconto, perdas, os arrendamentos que terminam no prazo de doze meses após a primeira aplicação, os custos diretos iniciais e duração do arrendamento, de modo que, dependendo do método de transição escolhido, os impactos serão diferentes.

Devido as diferentes alternativas, bem como a complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. No entanto, considerando o volume de contratos afetados, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terá um impacto significativo sobre as suas demonstrações financeiras a partir da data de adoção, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação à maioria dos contratos que, de acordo com a norma atual são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido como despesas na demonstração do resultado do arrendamento operacional. A classificação de pagamentos na demonstração de fluxos de caixa também serão afetados pela adoção da IFRS 16.

c) **Bases de Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; (ii) direitos originados de acordos contratuais; e (iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

A Companhia detinha as seguintes participações societárias nas respectivas datas:

Investidas	Tipo de investimento	Em 31.12.16	Em 31.12.15	País (Sede)	Atividade principal
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 4)	Controlada integral	-	100,00%	Brasil	Telecomunicações
POP Internet Ltda ("POP") (nota 1c)	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa**

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações (nota 5).

b) Contas a Receber, Líquidas

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e locação de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI" da TData). As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (nota 6).

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 7).

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas Antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 10).

e) Investimentos

As participações societárias em investidas (controladas ou de controle conjunto) estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento em controladas é eliminado integralmente e os investimentos de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial sem serem eliminados.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária.

A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 23).

f) Imobilizado, Líquido

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação, que é revisada anualmente, está demonstrada na nota 13.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado, nota 13:

- Equipamentos de comutação: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas e outros equipamentos de comutação.
- Equipamentos e meios de transmissão: compreendem estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos e meios de transmissão.
- Equipamentos terminais/modens: compreendem aparelhos celulares e modens (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

g) Intangível, Líquido

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida, nota 14:

- Softwares: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

h) Arrendamento Mercantil

A caracterização de um contrato como sendo arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos que o arrendatário obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. Esses contratos são capitalizados (ativo imobilizado) no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os bens arrendados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens ou o prazo de locação, o que for menor.

A Companhia e a TData possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro, conforme segue:

- Como arrendatária: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente (nota 13f).
- Como arrendadora: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI" da TData), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber (nota 6).

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira com base no método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendador não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

i) Análise de Recuperabilidade dos Ativos, Não Financeiros

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de Negócios e Ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados ou em outros resultados abrangentes. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às UGCs que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGCs e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação às UGCs mantidas.

k) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente

k.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A classificação dos seus ativos financeiros é determinada no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado, sendo: (i) ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente; e (ii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável.

Investimentos mantidos até o vencimento: os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando houver a manifestação da intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas na demonstração dos resultados, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com esse ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia e controladas avaliam individualmente se existem evidências claras de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se houver a conclusão que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia ou controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

k.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e controladas não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

k.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

k.4) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

I.1) *Hedges* de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

I.2) *Hedges* de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

I.3) Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

m) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

n) Custos de Empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não capitalizou montantes relativos a custos de empréstimos.

o) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

o.1) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

o.2) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

p) Provisões

p.1) Geral

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

p.2) Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p.3) Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

p.4) Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo (nota 4).

q) Tributos

q.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

q.2) Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

q.3) Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") ou Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

r) Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

s) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados no resultado financeiro na demonstração dos resultados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t) Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando houver o recebimento de benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração dos resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 20).

u) Reconhecimento das Receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia ou controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia ou controladas.

As receitas consolidadas compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, serviços de dados e digitais, banda larga, TV e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede e vendas de mercadorias.

u.1) Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações, dados, digitais e banda larga são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são apuradas e reconhecidas no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro (produto Soluciona TI da TData), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS.

u.2) Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores.

Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers*) são diferidas e reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

u.3) Programa de fidelização

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos.

Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes.

u.4) Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

u.5) Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos baseados nos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio. A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

v) Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

w) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado permanentemente para o resultado.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

x) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

x.1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

x.2) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

x.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

x.4) Ativo imobilizado e intangível de vida útil definida

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

x.5) Reconhecimento de receita – Programa de Fidelização de Cliente

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Como os pontos emitidos não expiram, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

x.6) Acordos que combinam mais de um elemento

A determinação do valor justo de cada elemento em um acordo de múltiplos elementos, requer estimativas complexas devido à natureza do negócio. Uma possível alteração nas estimativas de valor justo poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

x.7) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e controladas.

A Companhia e controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia ou controladas de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

x.8) Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

y) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes.

z) Conversão de Transações Denominadas em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2016, eram: US\$1,00 = R\$3,2591, €1,00 = R\$3,4351, e em 31 de dezembro de 2015, eram: US\$1,00 = R\$3,9048, €1,00 = R\$4,2512. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração do resultado.

aa) Participação dos Empregados nos Resultados

A Companhia e controladas possuem obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

ab) Transações Envolvendo Pagamento em Ações

A Companhia e controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

ac) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

ad) Informações por Segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ae) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A. (“GVTPart.”)

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informou ao mercado que, em 28 de maio de 2015, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia, na qualidade de “Compradora”, e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d’Investissements et de Gestion 108 SAS - “FrHolding108” e Société d’Investissements et de Gestion 72 S.A.*), na qualidade de “Vendedoras”, por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVTPart. foi efetuada da seguinte forma:

- Uma parcela de €4,663 bilhões paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do contrato, na data de fechamento, e
- Uma parcela em ações de emissão da Companhia entregues à *FRHolding108* em decorrência da incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, representativas de 12% do capital social da Companhia após a incorporação de ações.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., o capital da Companhia foi aumentado em R\$9.666.021, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVTPart. elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76. A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida em “Outras Reservas de Capital” no montante de R\$1.188.707.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart. e indireta da GVT. A GVTPart. tinha sede no Brasil e tinha como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Sua controlada direta (GVT) atuava na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição, está demonstrado a seguir:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (1)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	(84.598)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

(1) Instrumentos financeiros derivativos, referem-se a *hedges* de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição. Na data de elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia já havia concluído as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart..

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber, líquidas	947.378	Fornecedores	611.425
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239		
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Passivo não circulante	3.857.855
Tributos a recuperar	65.798	Fornecedores	67.742
Tributos diferidos (4)	610.873	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Outros ativos	7.052	Provisões (3)	679.294
Imobilizado, líquido (1)	7.970.117	Outras obrigações	21.063
Intangível, líquido (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
Valor justo dos ativos adquiridos	13.583.890	Contraprestação total, líquido de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$59.000) e a carteira de clientes (R\$2.523.000) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que já está sendo utilizado para fins fiscais.

A aquisição do controle da GVTPart. pela Companhia teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixos, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart. permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às economias com o aumento de escala e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia.

Os métodos e premissas utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de *Iowa*". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.523.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Marca

O valor justo da marca "GVT" foi calculado considerando o método de *"relief-from-royalty"*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$59.000, o qual foi amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo "Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" (nota 21), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade.

Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (nota 19).

Natureza	Em 31.12.16	Em 31.12.15	Na data da aquisição
Tributárias	536.059	501.800	461.548
Trabalhistas	33.626	39.188	35.955
Cíveis	8.774	7.759	7.799
Regulatórias	-	8.152	7.346
Total	578.459	556.899	512.648

Outras Informações

O saldo de caixa e equivalentes de caixa na aquisição foi de R\$390.255 (R\$376.479, líquido dos custos de transação, que foram incluídos nas despesas operacionais).

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Caixa e contas bancárias	189.445	201.294	198.369	233.742
Aplicações financeiras	4.486.182	4.005.301	4.906.741	5.103.103
Total	4.675.627	4.206.595	5.105.110	5.336.845

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

6) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Valores faturados	6.077.768	5.605.057	6.939.909	6.959.513
Valores a faturar	1.898.630	1.490.470	1.930.708	2.111.746
Valores de interconexão	1.333.595	1.531.352	1.345.471	1.555.480
Valores com partes relacionadas (nota 29)	177.741	241.233	190.906	206.957
Contas a receber bruto	9.487.734	8.868.112	10.406.994	10.833.696
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.004.512)	(1.650.112)	(1.399.895)	(2.217.926)
Total	8.483.222	7.218.000	9.007.099	8.615.770
Circulante	8.282.685	7.000.379	8.701.688	8.285.319
Não circulante	200.537	217.621	305.411	330.451

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de dezembro de 2016, R\$143.265 (R\$217.621 em 31 de dezembro de 2015), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$32.920 (R\$59.378 em 31 de dezembro de 2015).
- Em 31 de dezembro de 2016, R\$104.874 (R\$112.830 em 31 de dezembro de 2015), corresponde ao produto “Soluciona TI”, comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$3.005 (R\$3.671 em 31 de dezembro de 2015).
- Em 31 de dezembro de 2016, R\$57.272 líquidos do ajuste do valor presente de R\$10.268, referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo OI.

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
Valor presente a receber	608.379	574.534
Receita financeira não realizada	3.005	3.671
Valor nominal a receber	611.384	578.205
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(344.738)	(306.443)
Valor líquido a receber	266.646	271.762
Circulante	161.772	158.932
Não circulante	104.874	112.830

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 31 de dezembro de 2016 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	338.327	338.327
A vencer acima de um ano e até cinco anos	273.057	270.052
Total	611.384	608.379

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
A vencer	6.392.442	5.186.776	6.841.752	6.158.130
Vencidas – 1 a 30 dias	1.025.630	949.131	1.073.568	1.082.139
Vencidas – 31 a 60 dias	309.210	323.882	322.485	375.908
Vencidas – 61 a 90 dias	225.132	214.337	227.010	324.985
Vencidas – 91 a 120 dias	110.813	93.826	105.048	103.876
Vencidas – mais de 120 dias	419.995	450.048	437.236	570.732
Total	8.483.222	7.218.000	9.007.099	8.615.770

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Ingresso das perdas estimadas (nota 25)	(1.529.171)	(1.819.712)
Reversão das perdas estimadas (nota 25)	512.355	589.037
Baixa pela utilização	680.660	956.001
Combinação de negócios (nota 4)	-	(323.936)
Saldo em 31.12.15	(1.650.112)	(2.217.926)
Ingresso das perdas estimadas (nota 25)	(1.667.359)	(1.843.775)
Reversão das perdas estimadas (nota 25)	441.617	495.554
Baixa pela utilização	2.032.062	2.166.252
Incorporação (nota 1c)	(160.720)	-
Saldo em 31.12.16	(1.004.512)	(1.399.895)

7) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Materiais para revenda (1)	335.281	550.283	377.465	594.888
Materiais para consumo	75.086	48.562	77.732	53.275
Outros estoques	7.892	7.809	7.892	7.809
Total bruto	418.259	606.654	463.089	655.972
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(50.108)	(48.390)	(52.676)	(52.341)
Total	368.151	558.264	410.413	603.631

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Ingresso das perdas estimadas	(29.762)	(32.639)
Reversão das perdas estimadas	27.273	28.784
Saldo em 31.12.15	(48.390)	(52.341)
Ingresso das perdas estimadas	(24.943)	(29.755)
Reversão das perdas estimadas	23.225	29.420
Saldo em 31.12.16	(50.108)	(52.676)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

8) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

a) Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
ICMS (1)	2.317.739	1.866.777	2.329.159	2.063.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (2)	829.160	267.238	830.549	301.714
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	131.915	132.442	157.371	293.065
PIS e COFINS	125.273	108.758	148.759	133.925
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	22.775	126.806	38.236	139.082
Total	3.426.862	2.502.021	3.504.074	2.930.945
Circulante	2.952.622	2.164.544	3.027.230	2.521.292
Não circulante	474.240	337.477	476.844	409.653

(1) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$370.770 e R\$319.925 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

(2) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

(3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

b) Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora									
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Incorporação (nota 1c)	Saldos em 31.12.16
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	70.164	(70.164)	-	-	-	1.376	-	-	-	1.376
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)										-
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.454.349	226.667	-	-	1.681.016	257.288	-	-	282.751	2.221.055
Fornecedores e outras provisões	436.799	98.202	-	-	535.001	6.702	-	-	66.455	608.158
Carteira de clientes e marcas	292.780	(36.724)	-	-	256.056	(62.660)	-	-	119.695	313.091
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	303.932	65.242	-	-	369.174	(82.284)	-	-	54.645	341.535
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	170.731	(599)	-	-	170.132	(10.561)	-	-	122.696	282.267
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	150.148	14.949	(138.933)	-	26.164	1.780	80.459	-	-	108.403
Participação nos resultados	145.059	(56.115)	-	-	88.944	31.004	-	-	3.963	123.911
Provisão para programa de fidelização	31.508	1.096	-	-	32.604	(13.492)	-	-	-	19.112
Depreciação acelerada contábil	15.375	(4.510)	-	-	10.865	13.168	-	-	-	24.033
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.014	(650)	-	-	9.364	(11.757)	-	-	13.620	11.227
Operações com derivativos	(74.930)	5.673	117.168	-	47.911	2.891	(1.633)	-	10.523	59.692
Licença	(987.896)	(216.330)	-	-	(1.204.226)	(216.330)	-	-	-	(1.420.556)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(715.538)	(94.062)	-	-	(809.600)	(54.720)	-	-	-	(864.320)
Ágios da Vivo Part.	(670.716)	(167.202)	-	-	(837.918)	(167.202)	-	-	-	(1.005.120)
Ágio GVTPart.	-	-	-	-	-	(522.228)	-	-	-	(522.228)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	63.308	-	-	(193.146)	52.206	-	-	-	(140.940)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	2.914	(5.831)	636	1.524	(757)	59.426	(28)	(1.516)	31.019	88.144
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	40.704	(177.050)	(21.129)	1.524	(155.951)	(715.393)	78.798	(1.516)	705.367	(88.695)
Ativo fiscal diferido	3.258.084				3.535.671					4.425.658
Passivo fiscal diferido	(3.217.380)				(3.691.622)					(4.514.353)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	40.704				(155.951)					(88.695)

	Consolidado									
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Combinação de Negócios (4)	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.16
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	93.546	(67.027)	-	-	-	26.519	(12.448)	-	-	14.071
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)										
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.459.838	244.659	249.739	-	-	1.954.236	276.100	-	-	2.230.336
Fornecedores e outras provisões	501.957	134.726	50.441	-	-	687.124	(10.001)	-	-	677.123
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	315.072	21.114	110.832	-	-	447.018	(88.213)	-	-	358.805
Carteira de clientes e marcas	292.780	50.327	-	-	-	343.107	(30.015)	-	-	313.092
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	172.744	1.855	120.346	-	-	294.945	(10.268)	-	-	284.677
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	150.148	12.647	-	(136.510)	-	26.285	1.633	80.501	-	108.419
Participação nos resultados	145.829	(62.501)	22.870	-	-	106.198	19.058	-	-	125.256
Provisão para programa de fidelização	31.508	1.096	-	-	-	32.604	(13.492)	-	-	19.112
Depreciação acelerada contábil	15.375	229.705	(234.215)	-	-	10.865	13.168	-	-	24.033
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.893	(186)	-	-	-	10.707	1.392	-	-	12.099
Operações com derivativos	(75.240)	(201.219)	218.699	117.168	-	59.408	2.358	(1.633)	-	60.133
Licença	(987.896)	(216.330)	-	-	-	(1.204.226)	(216.330)	-	-	(1.420.556)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(715.538)	(94.062)	-	-	-	(809.600)	(54.720)	-	-	(864.320)
Ágios da Vivo Part.	(670.716)	(167.202)	-	-	-	(837.918)	(167.202)	-	-	(1.005.120)
Ágio GVTPart.	-	-	-	-	-	-	(522.228)	-	-	(522.228)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	63.308	-	-	-	(193.146)	52.206	-	-	(140.940)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	(1.494)	15.383	78.950	636	1.524	94.999	(2.415)	(28)	(1.516)	91.040
Total do passivo diferido	144.817	(33.707)	617.662	(18.706)	1.524	711.590	(761.417)	78.840	(1.516)	27.497
Ativo fiscal diferido	3.366.604					4.153.054				4.541.952
Passivo fiscal diferido	(3.221.787)					(3.441.464)				(4.514.455)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	144.817					711.590				27.497

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- (2) Refere-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- (3) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (4) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de combinações de negócios, sendo R\$610.873 da GVTPart. (nota 4) e R\$6.789 da TGLog.

(5) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2016, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) nos livros contábeis de controladas diretas e indiretas no montante de R\$2.993 (R\$481.203 em 31 de dezembro de 2015), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos.

Os valores estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2017	1.673.558	1.756.960
2018	518.703	535.240
2019	255.754	259.468
2020	317.136	320.714
2021	322.683	326.265
2022 em diante	(3.176.529)	(3.171.150)
Total	(88.695)	27.497

9) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Depósitos judiciais				
Tributário	3.698.966	2.900.671	3.758.787	3.374.764
Trabalhista	1.040.635	1.062.118	1.051.430	1.128.935
Cível e regulatório	1.384.533	1.030.130	1.385.605	1.114.770
Total	6.124.134	4.992.919	6.195.822	5.618.469
Bloqueios judiciais	152.948	122.913	155.744	134.994
Total	6.277.082	5.115.832	6.351.566	5.753.463
Circulante	302.349	235.343	302.424	235.343
Não circulante	5.974.733	4.880.489	6.049.142	5.518.120

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.758.787 (R\$3.374.764 em 31 de dezembro de 2015). Na nota 19, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os depósitos judiciais mais significativos.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (“Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF”); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$35.570 (R\$35.272 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (“CIDE”)

A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$176.557 (R\$164.482 em 31 de dezembro de 2015).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem a cobrança realizada pela ANATEL da Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radio enlaces. Por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que de titularidade de terceiros, também estão sujeitas à TFI.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.095.789 (R\$1.008.771 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$73.848 (R\$67.996 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (“SIEF”); (iii) recolhimento a menor do IRPJ; e (iv) direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos (nota 4).

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$449.988 (R\$410.412 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (“Sinditelebrasil”) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.053.867 (R\$858.630 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); (iv) premiações; e (v) cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$128.458 (R\$118.425 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre o Lucro Líquido ("ILL")

A Companhia possui discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal ("REFIS"), com a utilização do depósito judicial ora vinculado.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$58.446.

Em 30 de junho de 2016, o montante de R\$45.843 do depósito judicial ora vinculado foi convertido em renda pela União e o montante de R\$14.244 foi levantado pela Companhia.

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$456.977 (R\$425.737 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento de ICMS, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (vi) ICMS sobre cartões de ativação para o serviço pré-pago; (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39; e (viii) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura e sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$212.652 (R\$161.815 em 31 de dezembro de 2015).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços e meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$75.081 (R\$64.778 em 31 de dezembro de 2015).

10) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Propaganda e publicidade	258.212	228.672	258.212	228.672
Seguros	39.008	24.035	39.558	28.367
Alugueis	19.276	43.022	19.276	43.022
Encargos financeiros	1.875	11.120	1.875	11.120
Manutenção de <i>software</i> e redes	10.204	7.196	12.283	26.478
Tributos e outras despesas antecipadas	43.273	31.912	48.318	49.396
Total	371.848	345.957	379.522	387.055
Circulante	336.508	317.325	343.092	356.446
Não circulante	35.340	28.632	36.430	30.609

11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Adiantamentos a empregados e fornecedores	81.325	72.635	83.634	81.615
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	311.633	288.702	250.679	162.308
Crédito com fornecedores	96.065	118.153	99.166	120.091
Subsídio na venda de aparelhos celulares	30.491	42.896	30.491	42.896
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 32)	8.838	8.391	9.041	8.724
Reembolso Vivendi cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA (nota 4)	9.739	84.598	9.739	84.598
Outros valores a realizar	10.652	42.971	12.910	51.199
Total	548.743	658.346	495.660	551.431
Circulante	495.380	603.118	440.095	488.632
Não circulante	53.363	55.228	55.565	62.799

12) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e de controle em conjunto, conforme segue:

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

Em 28 de outubro de 2015, a TData adquiriu por R\$15.811 o controle da Telefônica Transportes e Logística Ltda (“TGLog”).

GVTPart.: Controlada integral da Companhia até 31 de março de 2016. A GVTPart. era a controladora integral da GVT, empresa com sede no Brasil, tinha como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atuava na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional. A GVTPart. foi incorporada pela Companhia em 1º de abril de 2016 (nota 1c).

POP: Controlada integral (direta) da Companhia a partir de 1º de abril de 2016, tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes, incluindo acesso, produção, distribuição e exibição de conteúdos próprios ou alheios; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; a manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de *software*, *hardware*, equipamentos de telecomunicação e eletroeletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e veiculação de publicidades, propagandas e *banners*; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação. Até 31 de março de 2016, a POP era controlada pela GVT (nota 1c).

A POP é a controladora da Innoweb Ltda (“Innoweb”), que tem como objeto atuar como provedor de *internet*; desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 31.12.16					Em 31.12.15				
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	1.414.039	27.407	15	20.337	145.121	1.411.043	1.910.323	9	17.851	179.698
Ativo não circulante	362.195	52.016	-	12.879	-	409.595	9.329.733	-	11.824	-
Total do ativo	1.776.234	79.423	15	33.216	145.121	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Passivo circulante	633.631	49.535	1	4.029	101	707.352	1.924.230	1	4.394	100
Passivo não circulante	63.139	-	-	5.415	-	56.981	1.641.382	-	5.083	-
Patrimônio líquido	1.079.464	29.888	14	23.772	145.020	1.056.305	7.674.444	8	20.198	179.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.776.234	79.423	15	33.216	145.121	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Valor contábil do investimento	1.079.464	29.888	7	11.886	72.510	1.056.305	7.674.444	4	10.099	89.799

	Em 31.12.16						Em 31.12.15				
	Controladas integrais			Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto		
	TData	POP (1)	GVTPart. (2)	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Resumo da Demonstração de Resultados:											
Receita operacional líquida	2.538.270	32.233	1.531.692	79	42.840	-	2.524.763	3.999.751	64	39.199	-
Custos e despesas operacionais	(1.448.225)	(20.142)	(1.300.347)	(72)	(41.760)	(155)	(1.349.993)	(3.415.644)	(66)	(36.806)	(124)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	86.760	1.217	(41.146)	-	1.980	41	109.886	(461.815)	-	2.503	106
Imposto de renda e contribuição social	(404.171)	(6.010)	(57.958)	(1)	(464)	-	(427.132)	(21.262)	-	(804)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	772.634	7.298	132.241	6	2.596	(114)	857.524	101.030	(2)	4.092	(18)
Valor da equivalência patrimonial, conforme participação societária	772.634	7.298	132.241	3	1.298	(57)	857.524	101.030	(1)	2.046	(9)

- (1) Compreende o resultado consolidado da POP para o período de 01/04 a 31/12/16.
- (2) Compreende o resultado consolidado da GVTPart. para o período de 01/01 a 31/03/16.

b) Movimentação dos Investimentos

	TData (1)	POP (1)	GVTPart. (1)	Aliança (2)	AIX (2)	ACT (2)	Ágios (3)	Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	Outros investimentos (4)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.14	1.153.151	-	-	68.129	8.542	5	212.058	-	3.129	1.445.014	(1.365.209)	79.805
Adições	-	-	1.752.724	-	-	-	12.837.141	2.673.647	-	17.263.512	(17.263.512)	-
Aumento de capital	-	-	5.827.064	-	-	-	-	-	-	5.827.064	(5.827.064)	-
Resultado de equivalência patrimonial	857.524	-	101.030	(9)	2.046	(1)	-	(212.064)	-	748.526	(746.490)	2.036
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(949.537)	-	-	-	(489)	-	-	-	-	(950.026)	949.537	(489)
Outros resultados abrangentes	107	-	(4.812)	21.679	-	-	-	-	(1.870)	15.104	4.705	19.809
Outros movimentos	(4.940)	-	(1.562)	-	-	-	-	-	-	(6.502)	6.502	-
Saldos em 31.12.15	1.056.305	-	7.674.444	89.799	10.099	4	13.049.199	2.461.583	1.259	24.342.692	(24.241.531)	101.161
Resultado de equivalência patrimonial	772.634	7.298	132.241	(57)	1.298	3	-	(67.641)	-	845.776	(844.532)	1.244
Incorporação (nota 1c)	-	22.590	(7.806.685)	-	-	-	(12.837.141)	(2.393.942)	-	(23.015.178)	23.015.178	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(749.395)	-	-	-	489	-	-	-	-	(748.906)	749.395	489
Outros resultados abrangentes	(80)	-	-	(17.232)	-	-	-	-	83	(17.229)	80	(17.149)
Saldos em 31.12.16	1.079.464	29.888	-	72.510	11.886	7	212.058	-	1.342	1.407.155	(1.321.410)	85.745

- (1) Controladas integrais.
- (2) Controladas em conjunto.
- (3) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 4).
- (4) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

13) IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Composição e Movimentação

	Controladora								
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538	20.381.731
Adições	6.824	178.685	110.688	47.958	215	190.918	-	4.829.135	5.364.423
Baixas líquidas	(3.882)	(24.700)	(2.829)	(2.212)	(74)	(1.782)	1.315	(19.924)	(54.088)
Transferências líquidas	749.408	2.802.624	737.687	367.300	(1.386)	78.072	-	(4.743.981)	(10.276)
Depreciação (nota 25)	(497.985)	(1.485.157)	(925.440)	(526.705)	-	(227.427)	-	-	(3.662.714)
Saldo em 31.12.15	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Adições	1.364	353.927	88.653	157.101	215	304.176	(19.858)	5.521.186	6.406.764
Baixas líquidas (3)	(1.159)	(19.288)	(467)	(98.879)	(202)	(751)	21.708	(36.488)	(135.526)
Transferências líquidas	643.154	3.050.187	693.367	361.905	-	(38.238)	(3)	(4.776.753)	(66.381)
Depreciação (nota 25)	(526.078)	(2.055.585)	(1.303.734)	(504.787)	-	(357.263)	-	-	(4.747.447)
Incorporação (nota 1c)	1.039.161	5.269.872	1.572.567	428.622	2.601	159.039	(331.956)	221.157	8.361.063
Saldo em 31.12.16	3.952.483	18.279.142	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Em 31.12.16									
Custo	20.051.571	50.730.016	15.246.317	14.944.006	315.719	4.181.817	(485.386)	2.700.870	107.684.930
Depreciação acumulada	(16.099.088)	(32.450.874)	(12.665.138)	(11.228.512)	-	(3.403.769)	-	-	(75.847.381)
Total	3.952.483	18.279.142	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Em 31.12.15									
Custo	17.688.862	39.825.516	11.530.512	13.870.397	313.105	3.591.962	(155.277)	1.771.768	88.436.845
Depreciação acumulada	(14.892.821)	(28.145.487)	(9.999.719)	(10.498.865)	-	(2.880.877)	-	-	(66.417.769)
Total	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Consolidado									
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738	20.453.864
Adições	188.037	885.865	409.250	64.128	215	250.149	(12.111)	4.848.118	6.633.651
Baixas líquidas	(4.462)	(17.546)	(13.832)	(4.512)	(74)	(12.550)	1.356	(23.145)	(74.765)
Transferências líquidas	891.848	2.742.465	753.585	238.921	(1.386)	184.369	-	(4.808.253)	1.549
Depreciação (nota 25)	(630.939)	(1.820.859)	(1.184.372)	(551.268)	-	(323.430)	-	-	(4.510.868)
Combinação de negócios (2)	972.558	4.978.317	1.553.141	421.747	2.600	252.361	(326.666)	119.276	7.973.334
Saldo em 31.12.15	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Adições	16.173	618.462	203.775	159.081	215	288.666	(19.962)	5.543.398	6.809.808
Baixas líquidas (3)	(2.793)	(21.443)	(816)	(99.437)	(201)	3.059	28.539	(38.959)	(132.051)
Transferências líquidas	562.078	2.911.254	677.572	523.995	-	(159.702)	(3)	(4.625.143)	(109.949)
Depreciação (nota 25)	(581.777)	(2.206.043)	(1.438.333)	(514.383)	-	(379.119)	-	-	(5.119.655)
Saldo em 31.12.16	3.952.640	18.279.234	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Em 31.12.16									
Custo	20.058.838	50.730.696	15.294.619	15.023.890	315.719	4.308.718	(485.575)	2.730.030	107.976.935
Depreciação acumulada	(16.106.198)	(32.451.462)	(12.706.312)	(11.298.683)	-	(3.489.362)	-	-	(76.052.017)
Total	3.952.640	18.279.234	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Em 31.12.15									
Custo	19.724.438	47.459.383	14.522.080	14.278.557	315.705	4.487.749	(494.149)	1.850.734	102.144.497
Depreciação acumulada	(15.765.479)	(30.482.379)	(11.375.971)	(10.622.606)	-	(3.421.297)	-	-	(71.667.732)
Total	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765

(1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(2) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$7.970.117 da GVTPart. (nota 4) e R\$3.217 da TGLog.

- (3) As baixas líquidas de "Infraestrutura e Bens e Instalações em Andamento" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluem o montante de R\$99.210 referente à transação de alienação de 1.655 torres de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda (anteriormente Towerco Latam do Brasil Ltda), sociedade controlada direta da Telefônica.

b) Taxas de Depreciação

Em conformidade com o IAS 16/CPC 27, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos.

Essa alteração na estimativa contábil, que foi aplicada, reduziu a despesa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$157.053. Em 31 de dezembro de 2016, é impraticável para a Companhia determinar o impacto dessa mudança na estimativa contábil em períodos futuros.

A seguir, apresentamos as taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Companhia e Controlada, que são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)			
	Controladora		Consolidado	
	Anterior	Revisada / Atual	Anterior	Revisada / Atual
Equipamentos de comutação	10,00 a 14,29	5,00 a 14,29	8,33 a 20,00	5,00 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29	2,50 a 25,00	2,50 a 25,00	2,50 a 25,00
Equipamentos terminais/modems	10,00 a 66,67	6,67 a 66,67	10,00 a 66,67	6,67 a 66,67
Infraestrutura	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 25,00	10,00 a 25,00	10,00 a 66,67	10,00 a 25,00

c) Bens do Imobilizado em Garantia

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$203.600 (R\$163.802 em 31 de dezembro de 2015).

d) Capitalização de Custos de Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

e) Bens Reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.813.916 (R\$7.855.868 em 31 de dezembro de 2015), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

f) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

		Consolidado					
	Taxas anuais de depreciação (%)	31.12.16			31.12.15		
		Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5,00% a 8,33%	223.360	(34.203)	189.157	219.520	(22.613)	196.907
Infraestrutura	4,00%	67.386	(8.822)	58.564	6.674	(2.291)	4.383
Outros ativos	20,00%	145.818	(94.935)	50.883	149.657	(85.224)	64.433
Total		436.564	(137.960)	298.604	375.851	(110.128)	265.723

14) INTANGÍVEL, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.324.710	16.546.598	1.649	-	66.675	31.072.787
Adições	-	585.853	-	-	116	10.002	-	351.095	947.066
Baixas líquidas	-	(31)	-	-	-	-	-	-	(31)
Transferências líquidas	-	354.683	-	-	-	(3.108)	-	(341.299)	10.276
Amortização (nota 25)	-	(787.627)	(248.566)	(82.685)	(911.632)	(2.048)	-	-	(2.032.558)
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.242.025	15.635.082	6.495	-	76.471	29.997.540
Adições	-	615.462	-	-	185.450	11.815	(4.550)	519.563	1.327.740
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Transferências líquidas	-	617.232	-	-	-	(17.693)	(31)	(532.609)	66.899
Amortização (nota 25)	-	(922.275)	(507.102)	(107.149)	(922.564)	(6.287)	-	-	(2.465.377)
Incorporação (nota 1c)	12.837.141	219.856	2.207.012	22.944	-	56.368	-	-	15.343.321
Saldo em 31.12.16	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Em 31.12.16									
Custo	22.850.363	14.019.938	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.065	(4.581)	63.425	63.605.957
Amortização acumulada	-	(11.326.731)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.367)	-	-	(19.335.837)
Total	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Em 31.12.15									
Custo	10.013.222	12.155.929	1.990.278	1.599.897	20.052.123	160.433	-	76.471	46.048.353
Amortização acumulada	-	(9.992.994)	(1.128.968)	(357.872)	(4.417.041)	(153.938)	-	-	(16.050.813)
Total	10.013.222	2.162.935	861.310	1.242.025	15.635.082	6.495	-	76.471	29.997.540

	Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	6,67 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	20,00	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.324.710	16.546.598	1.649	-	66.675	31.287.424
Adições	-	651.530	-	-	116	18.976	-	351.095	1.021.717
Baixas líquidas	-	(52)	-	-	-	-	-	-	(52)
Transferências líquidas	-	346.146	-	-	-	(6.396)	-	(341.299)	(1.549)
Amortização (nota 25)	-	(834.553)	(478.375)	(108.907)	(911.632)	(8.242)	-	-	(2.341.709)
Combinação de negócios (1)	12.837.141	210.016	2.523.000	59.000	-	12.203	-	-	15.641.360
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.274.803	15.635.082	18.190	-	76.471	45.607.191
Adições	-	634.528	-	-	185.450	19.796	(4.550)	519.563	1.354.787
Baixas líquidas	-	24	-	-	-	(11)	(31)	-	(18)
Transferências líquidas	-	616.336	-	-	-	19.207	-	(532.609)	102.934
Amortização (nota 25)	-	(942.090)	(593.281)	(116.983)	(922.564)	(6.480)	-	-	(2.581.398)
Saldo em 31.12.16	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Em 31.12.16									
Custo	23.062.421	14.062.127	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.074	(4.581)	63.425	63.860.213
Amortização acumulada	-	(11.367.606)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.372)	-	-	(19.376.717)
Total	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Em 31.12.15									
Custo	23.062.421	12.824.884	4.513.278	1.658.897	20.052.123	182.713	-	76.471	62.370.787
Amortização acumulada	-	(10.439.161)	(1.358.777)	(384.094)	(4.417.041)	(164.523)	-	-	(16.763.596)
Total	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.274.803	15.635.082	18.190	-	76.471	45.607.191

(1) Refere-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$15.640.394 da GVTPart., inclui ágio (nota 4) e R\$966 da TGLog.

b) Composição dos Ágios

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (2)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (3)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (4)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (5)	12.837.141	12.837.141
Total	22.850.363	23.062.421

(1) Ágio gerado da cisão parcial Spanish e Figueira, vertido para a Companhia pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006.

(2) Ágio gerado na aquisição da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações) ocorrida em 2004.

(3) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytrees) ocorrida em 2008.

(4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

(5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 4).

c) Teste de Recuperabilidade dos Ágios

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36 / CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 5,0% em 2016 e 2015. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 14,75% em 2016 (15,05% em 2015), também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,5% em 2016 e 2015.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

c.1) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da Receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga e TV paga comparadas com os serviços de voz (fixa), dados e TI.
- Evolução da margem operacional: leva em consideração a margem histórica, estimativa de correção de preços, assim como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos. Outro fator que pode impactar as margens operacionais é o nível de agressividade da concorrência.
- Volume de Capex: foram considerados os projetos em andamento e a necessidade de incremento de capacidade e cobertura alinhados com a evolução de receitas previstas no plano de longo prazo. O volume de Capex também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

c.2) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações (aumentos/diminuições), expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<u>Variações nas principais premissas</u>	<u>Em pontos percentuais</u>
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+ / - 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+ / - 0,5
Variações operacionais	
Margem OIBDA	+ / - 2,0
Margem de Capex / Receita	+ / - 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2016 e 2015 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima, bem razoáveis, nenhuma perda seria reconhecida.

15) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Salários e remunerações	54.525	27.512	55.476	58.201
Encargos e benefícios sociais	375.249	265.100	384.073	383.834
Participação de empregados nos resultados	282.134	205.124	285.887	232.404
Planos de remuneração baseados em ações (nota 31)	45.906	39.898	46.223	39.987
Outras indenizações	-	2.197	-	4.228
Total	757.814	539.831	771.659	718.654
Circulante	746.798	520.023	760.643	698.846
Não circulante	11.016	19.808	11.016	19.808

16) FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.270.535	6.374.471	6.617.240	7.438.202
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	314.959	148.793	314.958	165.648
Interconexão / interligação (1)	369.715	421.650	369.715	520.816
Partes relacionadas (nota 29)	656.093	552.033	381.240	316.311
Total	7.611.302	7.496.947	7.683.153	8.440.977
Circulante	7.539.395	7.496.947	7.611.246	8.373.235
Não circulante	71.907	-	71.907	67.742

- (1) Inclui o montante registrado como não circulante, referente à demanda judicial movida contra as operadoras de SMP com o pleito de redução do valor de VU-M. Em 15 de outubro de 2007, obteve-se uma liminar para proceder o depósito judicial da diferença entre o valor do minuto de ligação VC1 (R\$0,2899) e o valor efetivamente cobrado pelas operadoras de SMP (R\$0,3899). Os valores correspondentes a tais depósitos estão reconhecidos no ativo no grupo de "Depósitos e bloqueios judiciais".

17) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Tributos sobre a renda	-	10.094	11.520	58.666
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	10.094	11.520	58.666
Tributos indiretos	1.719.330	1.222.615	1.808.342	1.744.354
ICMS	1.187.244	904.637	1.226.172	1.186.818
PIS e COFINS	371.838	215.235	412.149	382.123
Fust e Funttel	92.828	35.881	92.828	86.317
ISS, CIDE e outros tributos	67.420	66.862	77.193	89.096
Total	1.719.330	1.232.709	1.819.862	1.803.020
Circulante	1.698.334	1.175.293	1.770.731	1.716.002
Não circulante	20.996	57.416	49.131	87.018

18) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

a.1) Composição:

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha R\$18.645 a receber de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo R\$18.156 da TData e R\$489 da AIX.

a.2) Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	174.726	-
Dividendos complementares de 2014 da TData	524.177	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (líquido) intermediários de 2015	422.653	497
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.102.911)	(8)
Saldo em 31.12.15	18.645	489
Dividendos complementares de 2015 da TData	389.395	-
Dividendos intermediários de 2016	360.003	3
Reversão de dividendos deliberados pela AIX	(489)	(489)
Recebimentos de dividendos e JSCP	(767.554)	(3)
Saldo em 31.12.16	-	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar**b.1) Composição:**

	Controladora/Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L. (antteriormente Telefónica Internacional S.A.)	454.583	455.371
Telefónica S.A.	547.390	471.238
SP Telecomunicações Participações Ltda	345.090	345.689
Telefónica Chile S.A.	962	964
Acionistas não controladores	847.006	936.100
Total	2.195.031	2.209.362

b.2) Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.14	1.495.321
Dividendos complementares de 2014	2.768.592
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.754.036
Prescrição de dividendos e JSCP	(137.273)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.678.665)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	7.351
Saldo em 31.12.15	2.209.362
Dividendos complementares de 2015	1.287.223
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.846.323
Prescrição de dividendos	(189.471)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.966.384)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	7.978
Saldo em 31.12.16	2.195.031

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

19) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032
Ingressos (resultado)	427.460	65.938	769.787	-	-	1.263.185
Ingressos (exceto resultado)	-	109.665	-	-	58.344	168.009
Baixas por pagamento	(338.929)	(78.252)	(347.497)	-	-	(764.678)
Baixas por reversão (resultado)	(77.353)	(55)	(253.600)	(14.733)	(8.448)	(354.189)
Atualização monetária	116.188	207.730	194.597	24.108	1.926	544.549
Saldos em 31.12.15	1.140.492	2.684.924	1.560.758	286.983	298.751	5.971.908
Ingressos (resultado)	588.104	126.438	798.265	-	-	1.512.807
Ingressos (exceto resultado)	-	100.314	7.826	-	162.628	270.768
Baixas por pagamento	(394.473)	(146.628)	(529.414)	(11.240)	-	(1.081.755)
Baixas por reversão (resultado)	(148.073)	(51.841)	(351.841)	(8.049)	(20.551)	(580.355)
Atualização monetária	153.284	382.002	283.585	58.565	11.462	888.898
Incorporação (nota 1c)	35.236	14.597	97.985	555.486	89.541	792.845
Saldos em 31.12.16	1.374.570	3.109.806	1.867.164	881.745	541.831	7.775.116
Em 31.12.16						
Circulante	202.113	-	981.510	-	-	1.183.623
Não circulante	1.172.457	3.109.806	885.654	881.745	541.831	6.591.493
Em 31.12.15						
Circulante	121.562	-	772.507	-	-	894.069
Não circulante	1.018.930	2.684.924	788.251	286.983	298.751	5.077.839

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos (resultado)	456.119	66.205	779.326	23.311	-	1.324.961
Ingressos (exceto resultado)	-	138.058	-	-	74.697	212.755
Baixas por pagamento	(359.163)	(78.251)	(382.916)	-	-	(820.330)
Baixas por reversão (resultado)	(77.921)	(55)	(218.172)	(14.733)	(8.448)	(319.329)
Atualização monetária	116.212	211.359	196.965	45.048	1.926	571.510
Combinação de negócios (3)	17.778	2.834	80.377	512.648	85.562	699.199
Saldos em 31.12.15	1.166.151	2.736.191	1.653.051	843.882	405.421	6.804.696
Ingressos (resultado)	611.776	126.446	816.984	-	-	1.555.206
Ingressos (exceto resultado)	958	100.314	7.897	-	162.628	271.797
Baixas por pagamento	(396.894)	(159.039)	(540.889)	(11.240)	-	(1.108.062)
Baixas por reversão (resultado)	(153.758)	(53.616)	(353.568)	(9.088)	(32.924)	(602.954)
Atualização monetária	154.724	379.385	284.816	58.191	11.462	888.578
Saldos em 31.12.16	1.382.957	3.129.681	1.868.291	881.745	546.587	7.809.261
Em 31.12.16						
Circulante	202.113	-	981.510	-	-	1.183.623
Não circulante	1.180.844	3.129.681	886.781	881.745	546.587	6.625.638
Em 31.12.15						
Circulante	128.652	-	785.725	-	-	914.377
Não circulante	1.037.499	2.736.191	867.326	843.882	405.421	5.890.319

- (1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. em 2015 (nota 4).
- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

(3) Referem-se aos montantes decorrentes das combinações de negócios, sendo R\$697.160 da GVTPart. (nota 4) e R\$2.039 da TGLog.

a) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Provisões prováveis	1.374.570	1.140.492	1.382.957	1.166.151
Contingências possíveis	275.483	226.731	293.146	340.643

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

b) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Provisões prováveis	3.109.806	2.684.924	3.129.681	2.736.191
Federais	2.852.716	2.539.050	2.872.591	2.559.770
Estaduais	226.571	127.505	226.571	156.444
Municipais	30.519	18.369	30.519	19.977
Contingências possíveis	29.539.669	23.790.290	30.050.578	26.620.066
Federais	6.155.891	5.164.158	6.169.787	5.908.994
Estaduais	14.999.333	11.317.423	15.389.802	12.921.976
Municipais	852.926	730.030	853.244	769.113
ANATEL	7.531.519	6.578.679	7.637.745	7.019.983

b.1) Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas a: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST e FUNTTEL; (v) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vi) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (vii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (viii) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (ix) compensação de FINSOCIAL; (x) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xi) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; e (xii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.872.591 (R\$2.559.770 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) glosa de créditos de ICMS; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais; (iv) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (v) ICMS sobre *cobilling*; (vi) diferencial de alíquota de ICMS; e (vii) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados).

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$226.571 (R\$156.444 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$30.519 (R\$19.977 em 31 de dezembro de 2015).

b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (“STN”) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre instrumentos financeiros derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. (decorrente do processo de privatização), da reestruturação societária da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytreet, TDBH, VivoPart. e GVTPart.; (xiii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xiv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (xv) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado e serviço de assinatura mensal; (xvi) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (xvii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito; e (xviii) Contribuição constituída para o fomento da radiodifusão (EBC).

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.169.787 (R\$5.908.994 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem Speedy*; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito de ICMS relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *cobilling*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) ICMS sobre os valores dados a título de descontos; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) ICMS sobre assinatura mensal; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$15.389.802 (R\$12.921.976 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS sobre retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$853.244 (R\$769.113 em 31 de dezembro de 2015).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.089.065 (R\$3.647.291 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$1.190.637 (R\$911.836 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.352.000 (R\$2.455.229 em 31 de dezembro de 2015), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor consolidado envolvido totalizava R\$6.043 (R\$5.627 em 31 de dezembro de 2015).

c) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões prováveis	1.867.164	1.560.758	1.868.291	1.653.051
Cíveis	1.038.230	965.730	1.039.357	1.010.356
Regulatórias	828.934	595.028	828.934	642.695
Contingências possíveis	7.591.664	6.020.956	7.593.041	6.297.944
Cíveis	2.573.459	2.488.761	2.574.836	2.581.838
Regulatórias	5.018.205	3.532.195	5.018.205	3.716.106

c.1) Provisões cíveis e regulatórias prováveis

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$256.276 (R\$190.004 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$386.699 (R\$435.782 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$396.382 (R\$384.570 em 31 de dezembro de 2015).

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$828.934 (R\$642.695 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).

c.2) Contingências cíveis e regulatórias possíveis

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes, com o valor total consolidado envolvido em 31 de dezembro de 2015 de R\$421.085. O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes ("parte autora" ou "Associação") interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP. Em 7 de dezembro de 2015, o recurso da Associação foi desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça. A Associação opôs Embargos de Declaração, que não foram conhecidos pelo Superior Tribunal de Justiça em 17 de março de 2016. Em 15 de abril de 2016, a decisão transitou em julgado, não cabendo mais recursos. Processo findo.

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo (“MPSP”) ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo MPSP foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. A Companhia interpôs Apelação que no dia 13 de abril de 2015 foi julgada, tendo por votação unânime reformado a sentença de primeiro grau para julgar improcedente a demanda. O MPSP recorreu do acórdão da Apelação, interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Apresentamos contrarrazões aos Recursos Especial e Extraordinário. Os Recursos Especial e Extraordinário não foram admitidos, aguardamos intimação sobre eventual interposição de recurso pelo MPSP.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública descrita acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2016, o montante consolidado era de R\$2.559.252 (R\$2.146.850 em 31 de dezembro de 2015).
- A TGLog é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação de não pagamento de duplicatas de prestação de serviços de transportes. A TGLog defende que realizou descontos de forma legítima em razão de descumprimentos contratuais e pelas perdas causadas por sinistros nas mercadorias de seus clientes transportadas pela autora, que também é discutida por outra ação. Em 31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$1.377 (R\$1.022 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2016 o montante consolidado era de R\$14.207 (R\$12.881 em 31 de dezembro de 2015).

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas têm a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2016 no montante consolidado de R\$5.018.205 (R\$3.716.106 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

d) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	31.12.16			31.12.15		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	203.600	6.351.566	1.948.088	163.802	5.753.463	2.750.864
Total	203.600	6.351.566	1.948.088	163.802	5.753.463	2.750.864

Em 31 de dezembro de 2016, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$67.393 (R\$71.059 em 31 de dezembro de 2015).

20) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Serviços e mercadorias (1)	389.706	466.943	389.706	466.943
Alienação de ativos imobilizados (2)	227.397	87.906	227.397	87.906
Receita de habilitação (3)	44.117	70.507	44.914	72.737
Programa de fidelização (4)	56.210	95.893	56.210	95.893
Subvenções governamentais (5)	133.300	133.099	133.300	133.099
Doações de equipamentos (6)	8.044	8.281	8.044	8.281
Outras receitas (7)	81.500	58.935	82.068	58.935
Total	940.274	921.564	941.639	923.794
Circulante	428.488	562.601	429.853	564.557
Não circulante	511.786	358.963	511.786	359.237

- (1) Refere-se principalmente aos saldos de recargas de pré-pagos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refere-se aos valores de: i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (7) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

21) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Empréstimos e Financiamentos

	Controladora								
	Informações em 31 de dezembro de 2016			31.12.16			31.12.15		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.480.382	2.901.521	4.381.903	1.619.342	1.651.714	3.271.056
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				711.848	2.158.303	2.870.151	473.807	1.034.754	1.508.561
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	363.734	567.110	930.844	328.768	898.735	1.227.503
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP (1)	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/07/17	29.319	-	29.319	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	182.737	480.510	663.247	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	14.686	27.971	42.657	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	7.596	499.442	507.038	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	12.320	163.222	175.542	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	1.408	340.600	342.008	-	-	-
Financiamento – BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	92.508	44.698	137.206	90.779	136.019	226.798
Financiamento – BNDES PSI	R\$	TJLP+ 5,7% a 9,00%	15/04/16	-	-	-	221	-	221
Financiamento – BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	7.540	34.750	42.290	54.039	-	54.039
Financiamento – Fornecedores (20.a.2)	R\$	108,4% do CDI	31/12/17	722.591	-	722.591	1.113.244	-	1.113.244
Arrendamento Financeiro (20.a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	45.943	328.485	374.428	32.291	239.239	271.530
Contraprestação Contingente (20.a.4)	R\$	Selic		-	414.733	414.733	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				1.062.593	225.271	1.287.864	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				1.062.593	225.271	1.287.864	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	136.850	225.271	362.121	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	925.743	-	925.743	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				2.542.975	3.126.792	5.669.767	1.811.037	3.141.987	4.953.024

	Consolidado								
	Informações em 31 de dezembro de 2016			31.12.16			31.12.15		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.480.382	2.901.521	4.381.903	2.030.372	2.964.236	4.994.608
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				711.848	2.158.303	2.870.151	765.601	2.325.920	3.091.521
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	363.734	567.110	930.844	328.768	898.735	1.227.503
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	R\$	IPCA + 2,95% + TR	15/07/16	-	-	-	30.722	-	30.722
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP (1)	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/07/17	29.319	-	29.319	57.916	28.796	86.712
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	182.737	480.510	663.247	180.206	648.361	828.567
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	14.686	27.971	42.657	14.718	42.564	57.282
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	7.596	499.442	507.038	4.112	262.383	266.495
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	12.320	163.222	175.542	511	120.051	120.562
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	1.408	340.600	342.008	710	146.815	147.525
Financiamento – BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	92.508	44.698	137.206	90.779	136.019	226.798
Financiamento – BNDES PSI	R\$	TJLP+ 5,7% a 9,00%	15/04/16	-	-	-	221	-	221
Financiamento – BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	7.540	34.750	42.290	56.938	42.196	99.134
Financiamento – Fornecedores (20.a.2)	R\$	108,4% do CDI	31/12/17	722.591	-	722.591	1.228.682	-	1.228.682
Arrendamento Financeiro (20.a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	45.943	328.485	374.428	36.089	260.595	296.684
Contraprestação Contingente (20.a.4)	R\$	Selic		-	414.733	414.733	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				1.062.593	225.271	1.287.864	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				1.062.593	225.271	1.287.864	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	136.850	225.271	362.121	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	925.743	-	925.743	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				2.542.975	3.126.792	5.669.767	2.222.067	4.454.509	6.676.576

- (1) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (2) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (3) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

a.1) Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")

BNDES FINEM

- Contrato 11.2.0814.1: Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 4,08% a.a.; e (ii) UMBND + 2,38% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

- Contrato 08.2.1073.1: Em 12 de dezembro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento de R\$615.909 com taxas de: (i) IPCA + 2,95% a.a. + TR, prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. Após o período de carência foram pagos juros e amortizações do principal em 6 prestações anuais e sucessivas, tendo sido liquidada em 15 de julho de 2016; e (ii) TJLP + 2,05 a 2,95% a.a., prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas.

A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada e os recursos foram destinados a investimentos em produtos e serviços de produção nacional. Após autorização do BNDES, em 21 de junho de 2010 houve a liquidação antecipada parcial deste contrato. Os valores apresentados nesta nota consideram a liquidação parcial realizada em 15 de julho de 2010 mais as amortizações contratuais e regulares que se iniciaram em 15 de julho de 2011.

- Contrato 11.2.0963.1: Em 9 de novembro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.184.107, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,38% a.a., prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas; e (ii) 5% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 63 prestações mensais e sucessivas.

A Companhia realizou os saques referentes a este contrato e o valor remanescente de R\$45.490, foi cancelado em 9 de abril de 2014. Esses recursos foram destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando a expansão nas áreas de atuação, modernização dos serviços de telecomunicações e *internet*, além do lançamento de novos serviços.

- Contrato 14.2.1192.1: Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,12% a.a., (ii) 4% a.a., (iii) Selic + 2,32% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Até 30 de setembro de 2016 foram realizados saques referentes a este contrato no montante de R\$800.234. Em 12 de dezembro de 2016 foi realizado novo saque no montante de R\$176.843. Esses recursos são destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação.

BNDES PSI

- Entre 3 de dezembro de 2009 e 17 de agosto de 2010, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de até R\$319.927 (sendo liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 cancelado), com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com um período de carência vencido em 15 de fevereiro de 2012. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 96 prestações mensais e sucessivas.
- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de (i) 5,5% a.a.; (ii) TJLP + 5,7% a.a.; e (iii) TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2012. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 48 prestações mensais e sucessivas. Em 31 de dezembro de 2016, todas as linhas já haviam sido liquidadas, sendo que a última liquidação ocorreu em 15 de abril de 2016.
- Em 28 de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2013. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 96 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.
- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$353.483, readequadas posteriormente para R\$225.467, com taxa de 2,5% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2015. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 36 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.
- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2015. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 36 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES descritos anteriormente, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2016 de R\$44.415 (R\$47.346 em 31 de dezembro de 2015), nota 19.

Banco do Nordeste ("BNB")

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com períodos de carência vencidos em 29 de julho de 2008 e 30 de outubro de 2010, respectivamente. Após os períodos de carência são pagos juros e amortizações do principal em 78 e 72 prestações mensais e sucessivas, respectivamente.

A totalidade destas linhas foi sacada e os recursos destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. Em 29 de janeiro de 2015 foi liquidada a primeira linha de financiamento.

As linhas foram totalmente liquidadas em 29 de janeiro de 2015 e 30 de outubro de 2016, respectivamente. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2015 era de R\$54.039.

- Em 18 de agosto de 2014, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$31.619 e R\$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com período de carência vencida em 18 de setembro de 2016. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R\$5.719 referente à primeira linha e R\$38.959 referente à segunda linha de financiamento.

Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2016 era de R\$42.290 (R\$45.095 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução 4131

Entre 10 de novembro e 23 de dezembro de 2015 foram tomados empréstimos em moeda estrangeira (dólar) sob o amparo da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil. O montante de US\$285 milhões foi contratado junto às instituições financeiras *Scotiabank* com taxa de 2,05% a.a. e *Bank of America* com taxa de Libor + 2% a.a., ambos com vencimentos de até 2 anos. Para cada uma destas operações, foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteger dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por serem *hedges* efetivos, foi adotada a metodologia de *hedge accounting* de valor justo. Portanto, em 31 de dezembro de 2016 o risco coberto destes instrumentos foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Trimestralmente são realizados testes retrospectivos para verificar a eficácia do *hedge*. Em 31 de dezembro de 2016 a eficácia foi igual a 100%.

a.2) Financiamento - Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento de até 365 dias a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo consolidado era de R\$722.591 (R\$1.228.682 em 31 de dezembro de 2015) e seu custo líquido médio equivalente a 108,4% do CDI.

a.3) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia e controladas obtêm os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referem-se a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Valor nominal a pagar	831.479	735.643	831.479	761.073
Despesa financeira não realizada	(457.051)	(464.113)	(457.051)	(464.389)
Valor presente a pagar	374.428	271.530	374.428	296.684
Circulante	45.943	32.291	45.943	36.089
Não circulante	328.485	239.239	328.485	260.595

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora / Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	51.379	45.943
Mais de um ano até cinco anos	200.764	143.679
Mais de cinco anos	579.336	184.806
Total	831.479	374.428

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

a.4) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 4) era de R\$344.217 (R\$414.733 em 31 de dezembro de 2016), registrado como “Depósitos Judiciais, não circulante”. Este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

b) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Emissão	Controladora / Consolidado										
	Informações em 31 de dezembro de 2016							31.12.16		31.12.15	
	Data de emissão	Data de vencimento	Quantidades		Valor da emissão	Remuneração a.a.	Circulante	Não Circulante		Não Circulante	
			Emitidas	Circulação				Circulante	Total	Circulante	Total
4ª emissão – Série 3 (1)	15/10/09	15/10/19	810.000	23.557	810.000	IPCA+4,00%	307	36.990	37.297	292	33.172
1ª emissão – Minas Comunica (2)	17/12/07	05/07/21	5.550	5.550	55.500	IPCA+0,50%	-	97.308	97.308	-	91.608
3ª emissão (3)	10/09/12	10/09/17	200.000	200.000	2.000.000	100% do CDI + 0,75%	2.086.763	-	2.086.763	87.217	1.999.645
4ª emissão (4)	25/04/13	25/04/18	130.000	130.000	1.300.000	100% do CDI + 0,68%	33.434	1.299.505	1.332.939	33.415	1.299.365
Total							2.120.504	1.433.803	3.554.307	120.924	3.423.790

- (1) Emissão de 3 séries, públicas, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirografária. A 1ª série (98.000 debêntures) e a 2ª série (640.000 debêntures), foram resgatadas e canceladas em 14 de novembro de 2014 e 13 de novembro de 2015, respectivamente. No processo de repactuação da 3ª série, a Companhia recomprou parcialmente 48.443 debêntures, mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento integral do valor principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do capital de giro.

- (2) Emissão de 3 séries, públicas, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. Debêntures subscrita pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais no âmbito do Programa Minas Comunica, visando o atendimento com o SMP a 134 localidades do Estado.
- (3) Série Única, pública, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. Os recursos obtidos foram destinados para investimentos na telefonia móvel 4G (especificamente para a liquidação das licenças adquiridas no leilão 4G) e para a manutenção da liquidez e prolongamento de outras dívidas contraídas.
- (4) Série Única, pública, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. Os recursos obtidos foram destinados para a amortização de dívidas, ao Capex de projetos desenvolvidos e reforço de liquidez.

Os custos de transação associados aos itens (3) e (4) descritos acima, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$495 (R\$990 em 31 de dezembro de 2015), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2016 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	Controladora / Consolidado				<u>Total</u>
	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamento financeiro</u>	<u>Contraprestação contingente</u>	
2018	911.801	1.355.683	42.129	-	2.309.613
2019	717.881	50.865	39.899	-	808.645
2020	334.042	13.875	33.013	-	380.930
2021	207.995	13.380	28.638	-	250.013
2022 em diante	211.855	-	184.806	414.733	811.394
Total	2.383.574	1.433.803	328.485	414.733	4.560.595

d) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES (nota 21.a) e debêntures (todas as descritas na nota 21.b) que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos, conforme quadro a seguir:

Credores	Saldos devedores	Garantias
BNDES	R\$930.844 (URTJLP) R\$362.121 (UMBND) R\$137.206 (PSI)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (2011): Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato PSI (Pré): alienação dos ativos financiados.
	----- R\$1.199.604 (URTJLP) R\$342.008 (UMSELIC) R\$218.199 (Pré)	<ul style="list-style-type: none"> Contratos (2008, 2011 e 2014): Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior
BNB	R\$42.290	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$10.773 e R\$9.795 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, também havia um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência no montante de R\$29.010, como garantia do contrato com o BNB com o saldo de R\$54.039, quitado em 30 de outubro de 2016 (nota 21 a.1).

f) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	1.115.210	-	49.630	1.113.267	-	2.278.107
Subvenção governamental (nota 20)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	184.526	529.012	21.010	18.911	33.504	786.963
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Variação cambial	287.673	-	-	-	-	287.673
Baixas (pagamentos)	(1.797.527)	(1.151.456)	(29.454)	(18.934)	-	(2.997.371)
Combinação de negócios (nota 4)	-	-	-	-	344.217	344.217
Saldo em 31.12.15	3.190.529	3.544.714	271.530	1.113.244	377.721	8.497.738
Ingressos	466.629	-	61.866	666.085	-	1.194.580
Subvenção governamental (nota 20)	(12.040)	-	-	-	-	(12.040)
Encargos financeiros	385.240	486.178	62.242	49.933	37.012	1.020.605
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Variação cambial	(272.795)	-	-	-	-	(272.795)
Baixas (pagamentos)	(1.132.214)	(477.080)	(43.285)	(1.106.671)	-	(2.759.250)
Incorporação (nota 1c)	1.532.666	-	22.075	-	-	1.554.741
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	1.285.210	-	74.784	1.132.357	-	2.492.351
Subvenção governamental (nota 20)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	308.250	529.012	21.010	29.243	33.504	921.019
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Variação cambial	1.161.379	-	-	-	-	1.161.379
Baixas (pagamentos)	(8.269.445)	(1.151.456)	(29.454)	(102.499)	-	(9.552.854)
Combinação de negócios (nota 4)	6.887.448	-	-	169.581	344.217	7.401.246
Saldo em 31.12.15	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290
Ingressos	466.629	-	61.866	666.085	-	1.194.580
Subvenção governamental (nota 20)	(12.040)	-	-	-	-	(12.040)
Encargos financeiros	424.867	486.178	63.003	50.038	37.012	1.061.098
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Variação cambial	(272.795)	-	-	-	-	(272.795)
Baixas (pagamentos)	(1.222.135)	(477.080)	(47.125)	(1.222.214)	-	(2.968.554)
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Licenças de autorização (1)	1.048.523	952.651	1.048.523	952.651
Grupamento e fracionamento de ações (2)	-	32.252	-	32.252
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	145.332	181.337	112.358	121.986
Ônus de renovação de licenças (3)	215.154	151.496	215.154	151.496
Retenções de terceiros (4)	222.696	173.154	227.685	196.626
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 32)	327.670	76.616	327.670	85.343
Valores a restituir a assinantes	166.644	110.205	168.708	113.354
Outras obrigações	90.815	67.625	92.447	108.214
Total	2.216.834	1.745.336	2.192.545	1.761.922

Circulante	1.641.926	1.006.901	1.640.757	1.010.657
Não circulante	574.908	738.435	551.788	751.265

- (1) Inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato.
- (2) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações (ordinárias e preferencias) decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.
- (3) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP (nota 1.b).
- (4) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

a.1) Alterações no Capital Social

A seguir, demonstramos as alterações ocorridas no capital social da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Quantidade de ações			R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em 31 de dezembro de 2014	381.335.671	741.933.573	1.123.269.244	37.798.110
Aumento de capital - AGE de 28/04/15 (1)	121.711.240	236.803.588	358.514.828	15.812.000
Aumento de capital - AGE de 30/04/15 (2)	-	6.282.660	6.282.660	295.285
Aumento de capital - Incorporação de ações da GVTPart - AGE 28/05/15 (3)	68.597.306	134.320.885	202.918.191	9.666.021
Em 31 de dezembro de 2015	571.644.217	1.119.340.706	1.690.984.923	63.571.416
Em 31 de dezembro de 2016	571.644.217	1.119.340.706	1.690.984.923	63.571.416

(1) Em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$15.812.000, com a emissão de ações ordinárias e preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$38,47 e R\$47,00, respectivamente.

(2) Em reunião realizada em 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$295.285, com a emissão de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00.

(3) Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., em AGE realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$9.666.021, com a emissão de ações ordinárias preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal da Companhia.

a.2) Operações de swap de ações da Companhia entre a Telefónica e FrHolding108

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a operação de swap de ações entre a Telefónica e a FrHolding108, por meio da qual a FrHolding108 transferiu à Telefónica 76.656.559 ações, representando 4,5% do capital social da Companhia, sendo 68.597.306 ações ordinárias, representando 12% das ações de referida espécie e 8.059.253 ações preferenciais, representando 0,72% das ações de referida espécie de emissão da Companhia, em troca de 1.110.000.000 ações representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Itália, anteriormente detidas pela TELCO, subsidiária da Telefónica.

Em 29 de julho de 2015, após o fechamento da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange*) a Vivendi alienou 67.861.632 ações preferenciais da Companhia, representando 4% de seu capital social. Nesta mesma data, foi concluída a operação de swap de ações entre a Telefónica e a FrHolding108, resultando na transferência de 46.000.000 de ações de emissão da Telefónica mantidas em tesouraria à FrHolding108, em troca de 58.400.000 ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela FrHolding108, transferidas para a Telefónica. Desta forma, a participação da Telefónica na Companhia foi elevada em 5,2% em relação à totalidade de ações preferenciais e 3,5% em relação ao capital social total da Companhia. De modo inverso, a participação acionária da FrHolding108 na Companhia foi reduzida na mesma proporção e, portanto, a partir desta data a FrHolding108 não detém qualquer participação acionária na Companhia.

a.3) Reorganização interna do Grupo Telefónica

Em decorrência do processo de reorganização interna do Grupo Telefónica ocorrido no quarto trimestre de 2016, a Telefónica Internacional S.A. ("TISA") foi incorporada pela Telefónica Latinoamérica Holding, S.L. ("TLH"), empresa espanhola cuja totalidade do capital e controle é detido pela Telefónica S.A. ("TESA"). Consequentemente, a totalidade da participação acionária na Companhia, anteriormente detida pela TISA, foi integralmente transferida à TLH.

Desta forma, a TLH passou a deter 24,09% do capital social da Companhia, representada por 46.746.635 ações ordinárias e 360.532.578 ações preferenciais.

Esta operação não ocasionou qualquer alteração da composição do controle da Companhia, de sua estrutura administrativa ou de seu regular funcionamento.

a.4) Representação do Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era de R\$63.571.416. Após todos os eventos descritos anteriormente, o capital subscrito e integralizado passou a ser representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em 31 de dezembro de 2016:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefónica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.512	37,09%	444.453.301	26,28%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.512	37,09%	444.453.301	26,28%
Total de ações (exceto em circulação)	569.354.053	99,60%	1.119.340.367	100,00%	1.688.694.420	99,86%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	339	0,00%	2.290.503	0,14%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Valor Patrimonial por ação (exceto em circulação):					R\$	41,00

Em 31 de dezembro de 2015:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefónica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefónica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%
Total de ações (exceto em circulação)	569.354.053	99,60%	1.119.339.972	100,00%	1.688.694.025	99,86%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	734	0,00%	2.290.898	0,14%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Valor Patrimonial por ação (exceto em circulação):					R\$	40,60

b) Prêmio na Aquisição de Participação Societária

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$75.388, o qual foi reclassificado para Outras Reservas de Capital durante 2016.

c) Reservas de Capital

c.1) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes de processos de incorporação de sociedades e do programa de recompra de ações, conforme demonstrados a seguir:

	Quantidade de ações			R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em 31 de dezembro de 2014 (1)	251.440	2.081.246	2.332.686	(112.107)
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(251.440)	(2.081.246)	(2.332.686)	112.107
Exercício do direito de recesso - Aquisição GVTPart. (3)	2.290.164	734	2.290.898	(87.805)
Em 31 de dezembro de 2015	2.290.164	734	2.290.898	(87.805)
Transferência de ações referente processo judicial (4)	-	(395)	(395)	15
Em 31 de dezembro de 2016	2.290.164	339	2.290.503	(87.790)

(1) Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: (i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); (ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e (iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais.

(2) Em 12 de março de 2015, a AGE aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia.

(3) Em decorrência do processo de aquisição e incorporação de ações da GVTPart., encerrado em 30 de junho de 2015. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 4), bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia e consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive).

(4) Em dezembro de 2016, a Companhia transferiu 395 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação, equivalente ao montante de R\$15, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996 (nota 19).

c.2) Outras Reservas de Capital

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica incluía: (i) R\$63.074, referente ao benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações Ltda) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99; e (ii) R\$2.735.930, referente ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

A seguir, demonstramos os movimentos ocorridos nesta rubrica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2014	2.799.004
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (1)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (2)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (3)	(1.188.707)
Em 31 de dezembro de 2015	1.435.757
Reclassificação do prêmio na aquisição de participação societária da TData (4)	(75.388)
Transferência de ações referente processo judicial (5)	2
Em 31 de dezembro de 2016	1.360.371

- (1) Em 12 de março de 2015, a AGE aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria.
- (2) Referente aos custos diretos, (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
- (3) Referente a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação (nota 4).
- (4) Referente aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
- (5) Em dezembro de 2016, a Companhia transferiu 395 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação, equivalente ao montante de R\$15, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996 (nota 19).

d) Reservas de Lucro

Os montantes das reservas de lucro estão assim distribuídos:

	Reserva legal (1)	Reserva para expansão e modernização (2)	Incentivos fiscais (3)	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.532.630	-	1.849	1.534.479
Constituição de reservas	171.013	700.000	5.079	876.092
Em 31 de dezembro de 2015	1.703.643	700.000	6.928	2.410.571
Reversão de reservas	-	(700.000)	-	(700.000)
Constituição de reservas	204.262	550.000	10.141	764.403
Em 31 de dezembro de 2016	1.907.905	550.000	17.069	2.474.974

- (1) Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.
- (2) Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital a ser submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO").
- (3) A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1) Dividendos Complementares do Exercício de 2015

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO") da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2015, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.287.223, equivalente a R\$0,71487468232 e R\$0,78636215055 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante foi pago em dezembro de 2016.

e.2) Remuneração aos Acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2016 e 2015:

	31.12.16	31.12.15
Lucro líquido do exercício	4.085.242	3.420.249
Apropriação à reserva legal	(204.262)	(171.013)
Total	3.880.980	3.249.236
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(10.141)	(5.079)
Lucro líquido ajustado	3.870.839	3.244.157
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:	2.172.145	2.015.925
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	2.172.145	1.745.925
Dividendos Intermediários	-	270.000
Saldo de lucro líquido não destinado	1.698.694	1.228.232
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização	700.000	-
(+) Instrumentos patrimoniais prescritos	221.559	494.001
(+/-) Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos <i>superavitários</i> , líquidos de impostos e outros movimentos	(156.266)	264.990
Lucro disponível para distribuição	2.463.987	1.987.223
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	550.000	700.000
Dividendos adicionais propostos	1.913.987	1.287.223
Total	2.463.987	1.987.223
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	967.710	811.039

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2016: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ainda não destinados, no montante de R\$1.698.694, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2016 no montante de R\$221.559 e a reversão da reserva para expansão e modernização de 2016 no montante de R\$700.000 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$156.266 que totalizam R\$2.463.987. Deste montante, R\$550.000 foram classificados como “Reserva Especial para Expansão e Modernização” e R\$1.913.987 foram classificados como dividendos adicionais propostos, dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para o exercício de 2015: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ainda não destinados, no montante de R\$1.228.232, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2015 no montante de R\$494.001 e outros resultados abrangentes no montante de R\$264.990 que totalizam R\$1.987.223. Deste montante, R\$700.000 foram classificados como “Reserva Especial para Expansão e Modernização” e R\$1.287.223 foram classificados como dividendos adicionais propostos, ambos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, submetida e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas em 28 de abril de 2016.

Total proposto para deliberação - por ação	31.12.16	31.12.15
Ações ordinárias	1,062955	0,714874
Ações preferenciais (1)	1,169250	0,786362

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia destinou dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

Exercício de 2016

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	19/02/2016	29/02/2016	Até 31/12/2017	63.239	136.761	200.000	53.753	116.247	170.000	0,094411	0,103853
JSCP	18/03/2016	31/03/2016	Até 31/12/2017	106.559	230.441	337.000	90.575	195.875	286.450	0,159083	0,174992
JSCP	18/04/2016	29/04/2016	Até 31/12/2017	69.563	150.437	220.000	59.129	127.871	187.000	0,103853	0,114238
JSCP	17/06/2016	30/06/2016	Até 31/12/2017	50.908	110.092	161.000	43.272	93.578	136.850	0,076001	0,083601
JSCP	19/09/2016	30/09/2016	Até 31/12/2017	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,306837	0,337521
JSCP	19/12/2016	30/11/2016	Até 31/12/2017	191.029	413.116	604.145	162.375	351.149	513.523	0,285191	0,313710
Total				686.826	1.485.319	2.172.145	583.802	1.262.521	1.846.323		

Exercício de 2015

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	12/05/2015	25/05/2015	23/08/2016	85.608	184.392	270.000	-	-	-	0,170179	0,187196
JSCP	12/05/2015	25/05/2015	23/08/2016	163.289	351.711	515.000	138.796	298.954	437.750	0,275910	0,303501
JSCP	20/07/2015	31/07/2015	23/08/2016	69.880	151.120	221.000	59.398	128.452	187.850	0,104325	0,114757
JSCP	20/08/2015	31/08/2015	23/08/2016	74.939	162.061	237.000	63.698	137.752	201.450	0,111878	0,123065
JSCP	18/09/2015	30/09/2015	13/12/2016	46.481	100.519	147.000	39.509	85.441	124.950	0,069392	0,076332
JSCP	19/10/2015	30/10/2015	13/12/2016	27.902	60.098	88.000	23.717	51.083	74.800	0,041541	0,045695
JSCP	19/11/2015	30/11/2015	13/12/2016	74.510	160.490	235.000	63.334	136.417	199.750	0,110934	0,122027
JSCP	17/12/2015	30/12/2015	13/12/2016	96.047	206.878	302.925	81.640	175.846	257.486	0,142998	0,157298
Total				638.656	1.377.269	2.015.925	470.091	1.013.945	1.484.036		

(1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte

e.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$189.471 e R\$137.273, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

f) Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. A variação deve-se principalmente pela realização dos derivativos relacionados com o processo de aquisição e pagamento da GVTPart., ocorrida em maio de 2015 (nota 4).

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Classificação	Consolidado			Total
		Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	
Saldos em 31.12.14		(7.702)	227.821	12.346	232.465
Variação cambial	Resultado	-	-	21.679	21.679
Perdas de contratos futuros	Resultado	-	(5.600)	-	(5.600)
Ganhos de contratos futuros	Resultado	-	155.531	-	155.531
Reclassificação dos ganhos com <i>cash flow hedge</i> para ágio	Resultado	-	(377.373)	-	(377.373)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	Resultado	(1.234)	-	-	(1.234)
Saldos em 31.12.15		(8.936)	379	34.025	25.468
Variação cambial	Resultado	-	-	(17.232)	(17.232)
Ganhos de contratos futuros	Resultado	-	42	-	42
Reclassificação das perdas com <i>cash flow hedge</i> para capex	Resultado	-	3.128	-	3.128
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	Resultado	55	-	-	55
Saldos em 31.12.16		(8.881)	3.549	16.793	11.461

g) Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social.

Até 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

h) Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora	
	31.12.16	31.12.15
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	4.085.242	3.420.249
Ordinárias	1.291.743	1.083.911
Preferenciais	2.793.499	2.336.338
Número de Ações:	1.688.694	1.491.131
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	569.354	503.842
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	1.119.340	987.289
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (em R\$)	2,27	2,15
Ações preferenciais (em R\$)	2,50	2,37

24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receita operacional bruta (1)	59.633.012	51.279.650	65.006.728	60.997.496
Deduções da receita operacional bruta	(21.007.617)	(17.275.881)	(22.498.269)	(20.710.681)
Tributos	(14.583.996)	(12.611.977)	(15.388.784)	(14.163.869)
Descontos e devoluções	(6.423.621)	(4.663.904)	(7.109.485)	(6.546.812)
Receita operacional líquida	38.625.395	34.003.769	42.508.459	40.286.815

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços. Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$392.277 e R\$210.636, respectivamente (nota 25).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	31.12.16				31.12.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(799.590)	(2.046.505)	(711.631)	(3.557.726)	(503.864)	(1.723.124)	(353.705)	(2.580.693)
Serviços de terceiros	(4.521.863)	(6.070.348)	(1.198.502)	(11.790.713)	(3.799.383)	(5.866.065)	(930.897)	(10.596.345)
Interconexão e uso de rede	(1.889.632)	-	-	(1.889.632)	(2.522.227)	-	-	(2.522.227)
Publicidade e propaganda	-	(1.014.120)	-	(1.014.120)	-	(953.845)	-	(953.845)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(2.220.181)	(131.312)	(219.747)	(2.571.240)	(1.822.030)	(131.576)	(184.078)	(2.137.684)
Impostos, taxas e contribuições	(1.805.685)	(4.699)	(86.483)	(1.896.867)	(1.526.430)	(3.851)	(62.573)	(1.592.854)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.225.742)	-	(1.225.742)	-	(1.016.816)	-	(1.016.816)
Depreciação e amortização (2)	(5.429.820)	(1.312.818)	(423.539)	(7.166.177)	(4.381.418)	(925.142)	(351.086)	(5.657.646)
Custo das mercadorias vendidas	(1.997.405)	-	-	(1.997.405)	(2.431.606)	-	-	(2.431.606)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(70.376)	(190.609)	(45.464)	(306.449)	(75.795)	(180.729)	(5.539)	(262.063)
Total	(18.734.552)	(11.996.153)	(2.685.366)	(33.416.071)	(17.062.753)	(10.801.148)	(1.887.878)	(29.751.779)

	Consolidado							
	31.12.16				31.12.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(976.233)	(2.136.399)	(747.156)	(3.859.788)	(813.612)	(1.939.493)	(468.557)	(3.221.662)
Serviços de terceiros	(5.705.098)	(6.151.012)	(1.254.187)	(13.110.297)	(5.300.820)	(6.183.609)	(1.044.272)	(12.528.701)
Interconexão e uso de rede	(1.924.148)	-	-	(1.924.148)	(2.595.894)	-	-	(2.595.894)
Publicidade e propaganda	-	(1.065.882)	-	(1.065.882)	-	(1.102.458)	-	(1.102.458)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(2.326.219)	(141.135)	(220.655)	(2.688.009)	(2.051.055)	(156.663)	(186.691)	(2.394.409)
Impostos, taxas e contribuições	(1.861.237)	(5.933)	(92.394)	(1.959.564)	(1.616.920)	(5.264)	(65.599)	(1.687.783)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.348.221)	-	(1.348.221)	-	(1.230.675)	-	(1.230.675)
Depreciação e amortização (2)	(5.821.620)	(1.408.866)	(423.920)	(7.654.406)	(5.269.588)	(1.181.216)	(364.147)	(6.814.951)
Custo das mercadorias vendidas	(2.118.940)	-	-	(2.118.940)	(2.597.088)	-	-	(2.597.088)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(89.519)	(197.918)	(55.074)	(342.511)	(100.099)	(206.099)	(13.193)	(319.391)
Total	(20.823.014)	(12.455.366)	(2.793.386)	(36.071.766)	(20.345.076)	(12.005.477)	(2.142.459)	(34.493.012)

(1) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$392.277 e R\$210.636, respectivamente (nota 24).

(2) Inclui os créditos de PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R\$46.647 e R\$37.626 em 2016 e 2015, respectivamente.

26) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Multas e despesas recuperadas	482.596	479.354	504.877	538.239
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	(953.003)	(917.444)	(985.176)	(1.014.080)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	456.920	24.590	463.602	(4.512)
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(58.442)	(57.392)	(51.977)	(73.852)
Total	(71.929)	(470.892)	(68.674)	(554.205)
Outras receitas operacionais	939.516	503.944	968.479	538.239
Outras despesas operacionais	(1.011.445)	(974.836)	(1.037.153)	(1.092.444)
Total	(71.929)	(470.892)	(68.674)	(554.205)

(1) O montante de 2016, inclui R\$476.371 (líquidos dos valores residuais) referente à alienação de 1.655 torres de transmissão da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda (anteriormente Towerco Latam Brasil Ltda (nota 29)). Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienados para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 20).

(2) Nesta mesma transação, descrita no item (1), a Companhia alienou a cessão de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899.

27) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	648.011	719.755	719.399	832.872
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	78.189	74.044	104.837	87.023
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	994.801	2.220.966	994.801	2.910.914
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	487.747	128.304	487.747	203.754
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	372.186	528.047	374.169	569.698
Outras receitas financeiras	73.640	92.761	100.406	124.404
Total	2.654.574	3.763.877	2.781.359	4.728.665
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(1.020.605)	(786.963)	(1.061.098)	(921.019)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(214.952)	(415.977)	(214.952)	(1.365.133)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(1.342.671)	(1.883.445)	(1.342.671)	(2.011.855)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(270.136)	(203.765)	(278.175)	(216.729)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(828.799)	(655.268)	(830.466)	(704.438)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(259.155)	(293.776)	(288.538)	(357.669)
Total	(3.936.318)	(4.239.194)	(4.015.900)	(5.576.843)

28) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Lucro antes dos tributos	4.701.427	4.054.307	5.134.722	4.393.456
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.598.485)	(1.378.464)	(1.745.805)	(1.493.775)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	287.563	254.499	423	692
Dividendos prescritos	(11.432)	(6.552)	(11.432)	(6.552)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(82.089)	(128.170)	(88.916)	(139.752)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	738.529	593.615	738.529	593.615
Outras (adições) exclusões	49.729	31.014	57.721	72.565
Débito tributário	(616.185)	(634.058)	(1.049.480)	(973.207)
Taxa efetiva	13,1%	15,6%	20,4%	22,2%
IRPJ e CSLL corrente (1)	99.208	(457.008)	(288.063)	(939.500)
IRPJ e CSLL diferido	(715.393)	(177.050)	(761.417)	(33.707)

(1) As despesas de IRPJ e CSLL correntes na controladora eram de R\$62.751 e R\$488.170 em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e no consolidado eram de R\$488.450 e R\$970.671 em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Essas despesas foram impactadas por ajustes de imposto de renda e contribuição social correntes de exercícios anteriores. Quaisquer impactos na conciliação das taxas efetivas foram considerados na tabela acima.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.b).

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefônica;
- Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefônica Global Technology;
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil (anteriormente Telefônica International Wholesale Brasil), Telefônica International Wholesale Services Espanha, Telefônica USA e Media Net Br;

- g) Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos), prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefônica Transportes e Logística. Os montantes do exercício de 2015, referem-se ao período de janeiro a outubro de 2015, mês em que esta empresa foi adquirida pela TData;
- i) Serviços de provedor de conteúdo, prestados pela Terra Networks Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plano de ações aos empregados da Telefônica Brasil e controladas diretas e indiretas, vinculado a aquisição de ações da empresa Telefónica;
- o) Cost Sharing Agreement (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Latino America Holding S.L e Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefônica;
- q) Financial Clearing House Roaming, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a Educação e Formação em modalidade *e-learning* prestados T. Learning Services Brasil;
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo;
- t) Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
- w) Midia Digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil; e
- x) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil (anteriormente Towerco Latam Brasil).

Conforme descrito na nota 32, a Companhia e controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

		Balço Patrimonial - Ativo							
		Em 31.12.16				Em 31.12.15			
		Ativo circulante			Ativo no circulante	Ativo circulante			Ativo no circulante
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Empresas	Natureza da transação								
Controladoras									
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	94	9.607	11	-	16	3.984	532
Telefónica LatinoAmerica Holding (anteriormente Telefónica Internacional)	d) / l)	-	-	206.619	-	-	-	124.775	-
Telefónica	l)	-	-	633	-	-	-	3.248	6
		-	94	216.859	11	-	16	132.007	538
Outras empresas do grupo									
Telefónica USA	j)	-	3.550	-	-	-	4.909	-	-
Telefónica Peru	k)	-	471	-	-	-	912	-	-
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil (anteriormente Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil)	a) / d) / l)	-	868	595	350	-	301	569	350
Telxius Cable Brasil (anteriormente Telefónica International Wholesale Services Brasil)	a) / d) / k) / l) / p)	-	11.513	2.602	76	-	10.416	172	76
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	82.613	-	-	-	117.356	-	-
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	-	9.220	-	-	-	15.555	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	-	2.518	343	2.067	-	4.357	1.681	3.236
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	5.499	7.550	46	-	4.651	7.440	46
Telefónica Global Technology	l)	-	1.614	11.244	-	-	1.934	9.353	-
Telefónica Learning Services Brasil	a)	-	64	-	-	-	58	-	-
Companhia AIX de Participações	a)	-	37	-	-	-	8	-	-
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d)	-	4.927	6	16	-	4	4	13
Fundação Telefónica	a) / d) / l)	-	-	-	-	-	-	49	96
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	2.641	3.900	-	-	1.932	4.827	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	-	6.288	-	-	-	2.057	-	-
Telefónica Mviles Del Chile	k)	-	10.207	337	-	-	8.708	417	-
Pegaso PCS	k)	-	6.163	-	-	-	5.175	-	-
Otocel	k)	-	485	-	-	-	123	-	-
Telefónica Mviles Del Uruguay	k)	-	761	-	-	-	916	-	-
Telefónica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	-	8.809	-	-	-	15.615	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	9.849	-	-	-	6.811	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	-	6.180	-	-	-	2.530	-	-
Telfisa	q)	78.070	-	-	-	99.609	-	-	-
Telxius Torres Brasil (anteriormente Towerco Latam Brasil (1))	x)	-	13.842	3.709	-	-	-	-	-
Telefónica Mviles Panama	k)	-	1.260	-	-	-	1.137	-	-
Outras	a) / d) / k) / l) / p) / w)	-	1.433	718	250	-	1.476	870	564
		78.070	190.812	31.004	2.805	99.609	206.941	25.382	4.381
Total		78.070	190.906	247.863	2.816	99.609	206.957	157.389	4.919

		Balço Patrimonial - Passivo					
		Em 31.12.16			Em 31.12.15		
		Passivo circulante		Passivo no circulante	Passivo circulante		Passivo no circulante
		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Empresas	Natureza da transação						
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	-	533	-	-	-	57
Telefónica LatinoAmerica Holding (anteriormente Telefónica Internacional)	l) / o)	109	-	-	63.280	-	-
Telefónica	l) / m) / n)	2.236	84.759	-	898	86.596	-
		2.345	85.292	-	64.178	86.596	57
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	f)	14.283	-	168	17.786	122	202
Telefónica Peru	k)	976	-	-	2.894	-	-
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil (anteriormente Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil)	c)	26.516	19	8	5.234	-	8
Telxius Cable Brasil (anteriormente Telefónica International Wholesale Services Brasil)	d) / f) / l)	52.210	1.690	378	35.299	1.673	378
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	50.121	8	-	16.501	19.208	-
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	4.671	-	-	14.437	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	112	803	239	1.904	2.115	1.745
Terra Networks Brasil	i)	3.360	440	769	5.647	78	769
Telefónica Global Technology	e)	15.169	-	-	14.071	-	-
Telefónica Digital España	o)	35.347	-	-	30.311	-	-
Media Networks Latina America SAC	b)	32.398	-	-	45.866	-	-
Telefónica Learning Services Brasil	r)	16.328	-	-	10.607	-	-
Companhia AIX de Participações	u)	1.835	-	-	1.601	-	-
Telefónica Factoring do Brasil	s)	-	6.154	-	-	8.400	-
Fundação Telefónica	t)	-	52	-	-	22	266
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	2.675	-	-	1.500	-	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	24.196	-	-	14.738	-	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	13.997	-	-	8.027	-	-
Telefónica Mviles Del Chile	k)	10.673	-	-	9.758	-	-
Pegaso PCS	k)	2.452	-	-	354	-	-
Otocel	k)	3.033	-	-	3.056	-	-
Telefónica Mviles Del Uruguay	k)	2.059	-	-	1.342	-	-
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	3.868	-	-	4.800	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	4.409	-	-	991	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	4.721	-	-	416	-	-
Telxius Torres Brasil (anteriormente Towerco Latam Brasil (1))	x)	33.178	15.991	-	-	-	-
Telefónica Mviles Panama	k)	737	-	-	362	-	-
Outras	h) / k)	19.571	-	347	4.631	-	347
		378.895	25.157	1.909	252.133	31.618	3.715
Total		381.240	110.449	1.909	316.311	118.214	3.772

Empresas	Demonstração dos Resultados		
	Natureza da transação	31.12.16	31.12.15
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	67	(240)
Telefónica LatinoAmerica Holding (anteriormente Telefónica Internacional)	d) / l) / o)	91.874	120.575
Telefónica	l) / m) / n)	(329.435)	(372.167)
		(237.494)	(251.832)
Outras empresas do grupo			
Telefónica USA	f) / j)	(12.321)	(12.917)
Telefónica Peru	k)	(1.677)	(3.190)
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil (anteriormente Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil)	a) / c) / d) / l)	(38.279)	(24.660)
Telxius Cable Brasil (anteriormente Telefónica International Wholesale Services Brasil)	a) / d) / f) / k) / l) / p)	(228.727)	(237.529)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	1.219	66.101
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	(3.006)	(885)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	942	(6.468)
Telefónica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	-	(53.657)
Terra Networks Brasil	a) / d) / i) / l)	(207)	(20.123)
Telefónica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	(29.689)	(9.456)
Telefónica Digital España	l) / o)	(46.134)	(52.296)
Media Networks Latina America SAC	b)	(17.183)	(39.234)
T. Learning Services Brasil	a) / r)	(46.231)	(44.685)
Companhia AIX de Participações	a) / u)	(21.249)	(19.184)
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	241	124
Fundação Telefónica	a) / d) / l) / t)	(10.530)	(10.283)
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	(3.554)	(188)
Telefónica Compras Electrónicas	v)	(42.889)	(13.692)
Telefónica Mviles Argentina	k)	(6.040)	(7.675)
Telefónica Mviles Del Chile	k)	(102)	(3.405)
Pegaso PCS	k)	(5.905)	(2.503)
Ototel	k)	(130)	(635)
Telefónica Mviles Del Uruguay	k)	(1.864)	(1.705)
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	(989)	854
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(4.482)	(1.412)
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	(668)	1.920
Telxius Torres Brasil (anteriormente Towerco Latam Brasil (1))	x)	(70.500)	-
Telefónica Mviles Panama	k)	(1.026)	(480)
Outras	a) / d) / f) / h) / k) / l) / p) / w)	(18.292)	(4.133)
		(609.272)	(501.396)
Total		(846.766)	(753.228)

- (1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Infraestrutura, de Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Avenças ("contrato") com a Telxius Torres Brasil Ltda (anteriormente Towerco Latam Brasil Ltda) (empresa controlada pela Telefónica). O objeto do contrato refere-se a compra e venda de 1.655 estruturas de torres, cessão dos contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento. O valor total do contrato foi de R\$760.000, sendo este valor composto por R\$719.101 referentes às infraestruturas de torres e R\$40.899 referentes a carteira de clientes.

As condições do contrato foram elaboradas levando-se em conta a (i) transações anteriores de mesma natureza realizadas entre a Companhia e outras empresas do mercado; (ii) laudo de avaliação dos ativos objeto do contrato, realizado por uma empresa especializada independente; e (iii) *business plan* interno demonstrando que a operação é rentável para a Companhia.

A seguir, demonstramos um resumo da transação descrita acima:

Impactos no Balanço Patrimonial		
Descrição	Grupo do Balanço Patrimonial	R\$ mil
Valor a receber da Telxius Torres Brasil Ltda (anteriormente Towerco Latam Brasil Ltda)	Créditos com partes relacionadas (1)	760.000
Valor da baixa dos valores residuais das torres	Ativo imobilizado (nota 13)	(99.210)
Valor das torres enquadradas como arrendamento financeiro	Arrendamento financeiro (nota 21)	2.674
Valor das torres aguardando condições contratuais para repasse	Receitas diferidas (nota 20)	140.846

- (1) Em 8 de abril de 2015, a Telxius Torres Brasil Ltda (anteriormente Towerco Latam Brasil Ltda) realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente a esta transação, que é reclassificado na demonstração dos fluxos de caixa como "Caixa recebido na venda de ativo imobilizado"

Impactos na Demonstração dos Resultados		
Descrição	Grupo da DRE	R\$ mil
Valor da alienação das torres (exceto retenção e arrendamento financeiro)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 26)	575.580
Valor da baixa do valor residual	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 26)	(99.210)
Valor da carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 26)	40.899
Valor de PIS e Cofins, incidentes sobre carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 26)	(3.783)
Efeito no resultado operacional		513.486
Valor de IR e CS, incidentes sobre torres e carteira de clientes	Imposto de renda e contribuição social (nota 28)	(174.585)
Efeito líquido no resultado da transação	Efeito líquido no resultado da transação	338.901

b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de R\$109.314 e R\$82.582, respectivamente. Destes montantes, R\$39.822 (R\$40.328 em 31 de dezembro de 2015) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$69.492 (R\$42.254 em 31 de dezembro de 2015) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2016, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$1.047.826 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefónica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2012-2015 foi finalizado em junho de 2015 e, com o atingimento do TSR, 68 executivos da Companhia tiveram o direito de receber 258.552 ações da Telefónica.

O ciclo 2013-2016 foi finalizado em junho de 2016 e não houve o atingimento do TSR, sendo assim, não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- 4º Ciclo (1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2017): com 66 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 365.215 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais e co-investimento).
- 5º Ciclo (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): com 106 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 581.899 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais e co-investimento).

Em 31 de dezembro de 2016 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 8,82 euros.

b) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- 1º Ciclo (1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2017): tendo o direito potencial de receber 58.000 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais).
- 2º Ciclo (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): tendo o direito potencial de receber 90.000 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais).

Em 31 de dezembro de 2016 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 8,82 euros.

c) Plano Global de Direitos sobre Ações da Telefónica: *Global Employee Share Plan* (“GESP”)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

d) Movimentações

A seguir, demonstramos as movimentações (quantidades) dos planos de remunerações de ações descritos anteriormente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado		
	Quantidades / Planos		
	TFSP	PIP	Total
Ações em aberto em 31.12.14	73.500	1.994.430	2.067.930
Ações concedidas no exercício	81.000	771.058	852.058
Ações vencidas no exercício	(7.000)	(1.092.323)	(1.099.323)
Ações exercidas no exercício	-	(258.552)	(258.552)
Ações em aberto em 31.12.15	147.500	1.414.613	1.562.113
Ações concedidas no exercício	23.500	-	23.500
Ações vencidas no exercício	(23.000)	(467.499)	(490.499)
Ações em aberto em 31.12.16	148.000	947.114	1.095.114

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R\$21.952 e R\$15.406 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

32) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Entidade	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefónica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefónica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefónica Brasil	Telefónica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefónica Brasil	Telefónica Brasil
Telefónica BD	Benefício Definido (BD)	VisãoPrev	Telefónica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefónica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefónica Brasil, Tdata e TGLog

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2016 e 2015, com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2016 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel (exceto para o cadastro dos participantes do plano de assistência médica – Lei nº 9.656/98, com data base em 31 de agosto de 2016), ambos projetados para 31 de dezembro de 2016 e com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2015 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel (exceto para o cadastro dos participantes do plano de assistência médica – Lei nº 9.656/98, com data base em 30 de abril de 2015), ambos projetados para 31 de dezembro de 2015.

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e VisãoPrev.

A Sistel, em 31 de dezembro de 2016, tinha como parte do seu Conselho Deliberativo, composto por 12 membros, 2 membros indicados pela Companhia. Nesta mesma data, a Sistel tinha como parte de seu Conselho Fiscal, composto por 6 membros, 1 membro indicado pela Companhia.

A VisãoPrev, em 31 de dezembro de 2016, tinha como parte do seu Conselho Deliberativo, composto por 8 membros, 5 membros indicados pela Companhia. Nesta mesma data, a VisãoPrev tinha como parte de seu Conselho Fiscal, composto por 8 membros, 5 membros indicados pela Companhia.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (VisãoPrev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica – Lei nº 9.656/98, todos os demais planos de benefícios apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

a) Planos de Benefícios de Saúde Pós-Emprego

a.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel") e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de 1,5% de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a constituição de um fundo de compensação e solvência, formado pelos recursos da reserva especial do plano PBS-A, para suprir a insuficiência financeira do PAMA, exclusivamente para fins de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Esta decisão judicial obriga que as patrocinadoras (entre elas a Companhia), mantenham o PAMA nas condições originais de cobertura e equacionem permanentemente o *déficit* existente.

Em função do equacionamento do *déficit* do PAMA, em dezembro de 2015, a Companhia efetuou a baixa do passivo atuarial relativo ao PAMA no montante de R\$430.335 em contrapartida a outros resultados abrangentes (R\$284.021 líquido de tributos).

a.2) Plano de assistência médica – Lei nº 9.656/98

Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

b) Planos de Previdência Pós-Emprego

Incluem os planos PBS Assistidos ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD, Prev e Visão, descritos a seguir.

As contribuições aos planos CTB e Telefônica BD são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

b.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do Plano de Benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Embora o PBS-A apresente ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a descontinuação da reserva especial para fundo de revisão do PBS-A, referente aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, com a consequente formação do Fundo de Compensação e Solvência.

O Fundo de Compensação e Solvência foi destinado pela Diretoria Executiva da Sistel para suprir a insuficiência financeira do PAMA, para fins exclusivos de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Esta decisão judicial obriga que as patrocinadoras (entre elas a Companhia), mantenham o PAMA nas condições originais de cobertura e equacionem permanentemente o *déficit* existente. A partir de então, a Sistel deverá verificar nas avaliações atuariais anuais do PBS-A, a existência de valores excedentes, além da reserva de contingência de 25%, para suprir necessidades do PAMA.

b.2) Plano CTB ("CTB")

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago ao ex-empregados diretamente pela empresa. Em caso de falecimento dos ex-empregados em gozo de benefício, o cônjuge fará jus a 50% do valor do benefício que o mesmo recebia, na data do falecimento. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

b.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, plano de benefício definido de benefícios previdenciários, o plano Telefônica BD (antigo plano PBS Telesp).

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que os planos PBS apresentam trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

A Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para incorporações de planos para simplificação de estruturas e unificação de regulamentos. Em 27 de janeiro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação do plano PBS Tele Sudeste Celular pelo plano Telefônica BD. Em 28 de dezembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação do plano PBS Telemig Celular pelo plano Telefônica BD.

b.4) Planos PREV

A Companhia patrocina, individualmente, planos híbridos de benefícios definidos e de contribuição definida de benefícios previdenciários, os planos PREV, administrados pela Visão Prev. Os planos PREV incluem: (i) Plano Vivoprev; e (ii) Plano Tcoprev.

As contribuições aos planos PREV são: (i) contribuição básica: percentual sobre o salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (ii) contribuição suplementar ou voluntária: percentual sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) contribuição esporádica: com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Tcoprev e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano Tcoprev apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

Em 21 de setembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos Tcpprev e Celprev Telemig pelo plano Visão Telefônica.

b.5) Planos VISÃO

Os planos Visão Telefônica, Visão Multi e o plano Visão Tgestiona, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação VISÃO.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos VISÃO, administrados pela Visão Prev. Os planos VISÃO incluem: (i) Plano Visão Telefônica; (ii) Plano Visão Multi; e (iii) Plano Visão Tgestiona. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$37.879 em 31 de dezembro de 2016 (R\$20.092 em 31 de dezembro de 2015).

As contribuições aos planos VISÃO são:

Plano Visão Telefônica: (i) contribuição básica: percentual sobre o salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (ii) contribuição adicional: percentual sobre parcela do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (iii) contribuição esporádica: percentual de escolha do participante sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; (iv) contribuição específica: percentual sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (v) contribuição suplementar: com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano Visão Multi: (i) contribuição básica: percentual sobre o salário de participação, onde a patrocinadora também contribui de forma proporcional com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (ii) contribuição adicional: percentual sobre parcela do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui de forma proporcional com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (iii) contribuição esporádica: percentual de escolha do participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iv) contribuição específica: percentual sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano Visão Tgestiona: A controlada TGLog patrocina, em conjunto com outras patrocinadoras, o plano Visão Tgestiona. Este plano, tal como as características dos planos VISÃO, é um plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários e é administrado pela Visão Prev.

O participante pode contribuir ao plano Visão Tgestiona da seguinte forma: (i) contribuição básica: percentual de 2% do salário de participação para participantes com adesão até 30/11/2008 e de 1% do salário de participação para participantes com adesão após 30/11/2008; (ii) contribuição adicional: contribuição opcional com percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano para participantes com adesão até 30/11/2008 e percentual de 0% a 5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano para participantes com adesão após 30/11/2008; (iii) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora; e (iv) contribuição suplementar: com valor e periodicidade definidos pelo participante.

A patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica e da contribuição adicional efetuada pelos participantes com adesão até 30/11/2008. Para os participantes com adesão após 30/11/2008 a patrocinadora também contribui em contrapartida às contribuições básica e adicional dos participantes, em diferentes proporções, de acordo com o tempo de admissão do empregado, sendo: até 5 anos de serviço, contribuição de 30% das contribuições do participante; de 5 a 10 anos de serviço, contribuição de 60% das contribuições do participante; e acima de 10 anos de serviço, contribuição de 100% das contribuições do participante. Para as contribuições específica e suplementar não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Em 21 de setembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos Visão Telerj Celular, Visão Telest Celular, Visão Telebahia Celular, Visão Telergipe Celular e Visão Celular CRT pelo plano Visão Telefônica.

c) Informações Consolidadas dos Planos de Previdência e de Outros Benefícios Pós-Emprego

c.1) Conciliação dos ativos e passivos

	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.16			Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.15		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	1.763.866	767.642	2.531.508	1.503.966	402.927	1.906.893
Valor justo dos ativos dos planos	2.703.593	667.993	3.371.586	2.178.182	529.485	2.707.667
Passivo (ativo) líquido	(939.727)	99.649	(840.078)	(674.216)	(126.558)	(800.774)
Limitador dos ativos	993.754	164.953	1.158.707	721.123	156.270	877.393
Ativo não circulante	(9.041)	-	(9.041)	(8.724)	-	(8.724)
Passivo circulante	6.826	4.162	10.988	-	-	-
Passivo não circulante	56.242	260.440	316.682	55.631	29.712	85.343

c.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	31.12.16			31.12.15		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.811	2.761	5.572	2.682	5.720	8.402
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	5.278	2.986	8.264	4.525	36.763	41.288
Total	8.089	5.747	13.836	7.207	42.483	49.690

c.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.16			31.12.15		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Perdas (ganhos) atuariais	(174.496)	240.072	65.576	(87.306)	76.868	(10.438)
Efeito limitador	182.088	(10.897)	171.191	(541.596)	150.541	(391.055)
Total	7.592	229.175	236.767	(628.902)	227.409	(401.493)

c.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	31.12.16			31.12.15		
	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	46.907	29.712	76.619	44.822	396.654	441.476
Combinação de negócios	-	-	-	(25)	-	(25)
Despesas no exercício	8.089	5.747	13.836	7.207	42.483	49.690
Contribuições das patrocinadoras	(8.562)	(31)	(8.593)	(9.136)	(3.893)	(13.029)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	7.593	229.174	236.767	(628.902)	227.409	(401.493)
Transferências de reservas entre planos	-	-	-	632.941	(632.941)	-
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	54.027	264.602	318.629	46.907	29.712	76.619
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(9.041)	-	(9.041)	(8.724)	-	(8.724)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	63.068	264.602	327.670	55.631	29.712	85.343

c.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	31.12.16			31.12.15		
	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	1.503.966	402.927	1.906.893	1.559.008	453.344	2.012.352
Obrigação assumida por aquisição de sociedade	-	-	-	82	-	82
Custo do serviço corrente	2.811	2.761	5.572	2.682	5.720	8.402
Juros sobre o passivo atuarial	179.496	48.420	227.916	167.819	53.879	221.698
Benefícios pago	(156.056)	(24.229)	(180.285)	(149.994)	(23.550)	(173.544)
Contribuição de participantes vertidas	174	-	174	94	-	94
Perdas (ganhos) atuariais ajustados pela experiência	78.373	298.403	376.776	82.913	(32.368)	50.545
Ganhos atuariais ajustados por premissas demográficas	-	(81.144)	(81.144)	-	-	-
Perdas (ganhos) atuariais ajustados por premissas financeiras	155.102	120.504	275.606	(158.638)	(54.098)	(212.736)
Passivo de benefício definido no final do exercício	1.763.866	767.642	2.531.508	1.503.966	402.927	1.906.893

c.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.16			31.12.15		
	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.178.182	529.485	2.707.667	2.647.155	56.690	2.703.845
Acervo adquirido por aquisição de sociedade	-	-	-	2.083	-	2.083
Benefícios pagos	(149.521)	(24.229)	(173.750)	(142.965)	(19.688)	(162.653)
Contribuição de participantes vertidas	174	-	174	94	-	94
Contribuição de patrocinador vertidas	2.027	31	2.058	2.106	31	2.137
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	264.761	65.015	329.776	291.069	22.845	313.914
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	407.970	97.691	505.661	11.581	(163.334)	(151.753)
Transferências de reservas entre planos	-	-	-	(632.941)	632.941	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.703.593	667.993	3.371.586	2.178.182	529.485	2.707.667

c.7) Movimentação do limitador de ativos

	31.12.16			31.12.15		
	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	721.123	156.270	877.393	1.132.969	-	1.132.969
Juros sobre o efeito limitador de ativos	90.543	19.580	110.123	127.779	5.729	133.508
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	182.088	(10.897)	171.191	(541.596)	150.541	(391.055)
Efeito gerado por aquisição de sociedade	-	-	-	1.971	-	1.971
Limitador dos ativos ao final do exercício	993.754	164.953	1.158.707	721.123	156.270	877.393

c.8) Resultados previstos para o exercício de 2017

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.977	7.042	10.019
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	5.291	29.236	34.527
Total	8.268	36.278	44.546

c.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2017

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	2.722	33	2.755
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	6.826	4.162	10.988
Total	9.548	4.195	13.743

c.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego
No exercício de 2016	8,9 anos	12,7 anos
No exercício de 2015	9 anos	13,5 anos

c.11) Premissas atuariais

	31.12.16	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Vivoprev e Visão: 10,9% PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 10,8%	10,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	PBS-A: N/A CTB, Telefônica BD, Prev e Visão: 6,2%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,6%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,5%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	PAMA e PCE: 5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal Lei 9.656/98: 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A e CTB: N/A Telefônica BD: 57 anos Prev e Visão: 60 anos	PAMA e PCE: 60 anos Lei 9.656/98: 57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Prev e Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Prev e Visão: RP-2000 Disabled Masculina	PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Masculina Lei 9.656/98: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	PBS-A, CTB e Telefônica BD: Mercer Disability Prev e Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Mercer Disability
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Prev e Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)

Além das premissas acima, para 2016 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 4,5%; e
- Agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

31.12.15		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Prev (exceto TCOPrev) e Visão: 12,7% PBS-A, CTB, PBS e Prev (TCOPrev): 12,6%	PAMA e PCE: 12,5% Lei 9.656/98: 13,6%
Taxa de inflação de longo prazo	5,0%	PAMA e PCE: 5,0% Lei 9.656/98: 6,0%
Taxa de crescimento salarial futuro	PBS-A: N/A CTB, PBS, Prev e Visão: 6,7%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	PAMA e PCE: 8,2% Lei 9.656/98: 9,2% PAMA e PCE: 4,0%
Agravamento anual na utilização dos serviços médicos, conforme a idade	4,0%	Lei 9.656/98: De 0 a 24 anos: 0,50% De 25 a 54 anos: 2,00% De 55 a 79 anos: 4,50% Acima de 80 anos: 3,00%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	5,0%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	PAMA e CTB: 5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal Lei 9.656/98: 100% aos 60 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A e CTB: N/A PBS: 57 anos Prev e Visão: 60 anos	60 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e PBS: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Prev e Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	PAMA e CTB: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Lei 9.656/98: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e PBS: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Prev e Visão: RP-2000 Disabled Masculina	PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Lei 9.656/98: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	PBS-A, CTB e PBS: Mercer Disability Prev e Visão: Light-Fraca, suavizada em 30% PBS-A, CTB e PBS: N/A	PAMA e CTB: Mercer Disability Lei 9.656/98: Light-Fraca, suavizada em 30% PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	Prev e Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada na Telefônica (2011 a 2014)

c.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, demonstramos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	1.763.866	767.642	2.531.508
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	1.608.764	728.282	2.337.046
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	155.102	39.360	194.462

c.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	1.763.866	767.642	2.531.508
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.694.847	716.514	2.411.361
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	1.838.333	824.790	2.663.123

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	1.763.866	767.642	2.531.508
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	1.763.866	888.213	2.652.079
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	1.763.866	669.808	2.433.674

c.14) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.16		31.12.15	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.769.606	553.515	1.507.016	450.062
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	229.793	114.478	183.484	79.423
Operações Compromissadas	134.863	-	111.863	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	36.744	-	37.333	-
Letras Financeiras	30.588	-	4.638	-
Debêntures	12.843	-	3.064	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.895	-	10	-
Cotas FIDC / Outros	6.449	-	2.824	-
Investimentos em renda variável				
Investimentos no setor de energia	246.400	-	108.479	-
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	45.054	-	43.865	-
Investimentos no setor aeroespacial	28.947	-	26.955	-
Investimentos no setor de mineração	2.581	-	2.055	-
Investimentos em diversos setores da economia (1)	9.207	-	5.409	-
Investimentos em imóveis	121.176	-	107.818	-
Empréstimos a participantes	23.562	-	26.955	-
Investimentos estruturados	224	-	4.492	-
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:				
Empréstimos a participantes	1.850	-	1.898	-
Investimentos estruturados	1.811	-	24	-
Total	2.703.593	667.993	2.178.182	529.485

(1) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo, gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

c.15) Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

	Planos de previdência pós- emprego	Planos de benefícios de saúde pós- emprego	Total
2017	166.392	30.305	196.697
2018	171.025	33.374	204.399
2019	175.527	36.864	212.391
2020	179.835	40.846	220.681
2021	184.956	45.384	230.340
2022 em diante	5.976.707	15.999.152	21.975.859
Total	6.854.442	16.185.925	23.040.367

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos instrumentos financeiros derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxo de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo classificados como swaps, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Controladora / Consolidado				Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Contratos de swaps						
Ponta Ativa	2.739.524	3.154.484	2.836.207	3.674.083	212.993	498.864
Moeda estrangeira	1.522.598	1.652.802	1.599.378	2.141.243	158.762	457.351
US\$ (1) (2)	742.137	781.473	730.490	934.492	73.833	216.475
EUR (2)	70.064	89.118	66.959	92.566	-	2.735
LIBOR US\$ (1)	710.397	782.211	801.929	1.114.185	84.929	238.141
Taxa pós	898.324	1.064.647	800.097	1.030.332	31.987	19.328
CDI (1) (2)	254.883	172.116	138.710	173.321	3.979	7
TJLP (4)	643.441	892.531	661.387	857.011	28.008	19.321
Índices de inflação	318.602	437.035	436.732	502.508	22.244	22.185
IPCA (3) (5)	192.318	209.051	269.817	239.099	17.998	16.248
IGPM (6)	126.284	227.984	166.915	263.409	4.246	5.937
Ponta Passiva	(2.573.351)	(3.154.485)	(2.758.376)	(3.409.326)	(184.616)	(234.107)
Taxa pós	(2.391.882)	(2.853.704)	(2.492.368)	(2.935.269)	(184.545)	(228.982)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(2.391.882)	(2.853.704)	(2.492.368)	(2.935.269)	(184.545)	(228.982)
Moeda estrangeira	(181.469)	(300.781)	(266.008)	(474.057)	(71)	(5.125)
US\$ (2)	(88.710)	(161.692)	(85.356)	(167.318)	(71)	(4.472)
EUR (1) (2)	-	(10.424)	-	(10.612)	-	(143)
LIBOR US\$ (1)	(92.759)	(128.665)	(180.652)	(296.127)	-	(510)
Ponta ativa					212.993	498.864
Circulante					68.943	81.306
Não Circulante					144.050	417.558
Ponta passiva					(184.616)	(234.107)
Circulante					(183.212)	(151.686)
Não Circulante					(1.404)	(82.421)
Valores a receber, líquidos					28.377	264.757

- (1) Swap de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$1.305.481) – operações de swap contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$1.287.864).
- (2) Swap de moeda estrangeira (Euro) (R\$17.512) e (Dólar e CDI x Dólar) (R\$39.119) – operações de swap contratadas com vencimentos até 22 de março de 2017, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$19.563 em euro) e a receber (valor contábil de R\$56.359 em dólar).
- (3) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$36.096) – operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$37.296).

- (4) *Swap* TJLP x CDI (R\$661.387) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$701.611).
- (5) *Swap* IPCA x CDI (R\$228.081) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$235.049).
- (6) *Swap* IGPM x CDI (R\$166.915) – operações de *swap* contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir demonstramos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de dezembro de 2016:

Contrato de swap	Controladora / Consolidado				Valor a receber (pagar) em 31.12.16
	Vencimento em				
	2017	2018	2019	2020 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(125.215)	64.550	39.234	-	(21.431)
CDI x Moeda Estrangeira	4.162	(200)	(75)	-	3.887
TJLP x CDI	4.671	13.304	8.428	-	26.403
IPCA x CDI	(1.261)	(545)	7.980	9.097	15.271
IGPM x CDI	3.374	873	-	-	4.247
Total	(114.269)	77.982	55.567	9.097	28.377

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$2.091 (R\$2.836 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado negativo consolidado (líquido) de R\$347.870 e positivo de R\$899.059, respectivamente (nota 27).

a.2) Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa, assim como dados disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2016.

Controladora / Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	925.743	1.159.205	1.394.058
Dívida em US\$	Dívidas (Risco valorização US\$)	(925.743)	(1.159.205)	(1.394.058)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	17.519	21.899	26.278
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(23.848)	(29.810)	(35.772)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	6.315	7.894	9.473
	Exposição Líquida	(14)	(17)	(21)
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(52.472)	(65.589)	(78.707)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(84.461)	(105.577)	(126.692)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	136.961	171.201	205.441
	Exposição Líquida	28	35	42
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	379.787	478.594	579.029
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(377.733)	(475.991)	(575.869)
	Exposição Líquida	2.054	2.603	3.160
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	263.409	284.219	308.155
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(263.381)	(287.932)	(313.804)
	Exposição Líquida	28	(3.713)	(5.649)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	379.787	478.594	579.029
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(377.733)	(475.991)	(575.869)
	Exposição Líquida	2.054	2.603	3.160
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	661.387	678.242	696.040
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(661.434)	(678.290)	(696.090)
	Exposição Líquida	(47)	(48)	(50)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	34.919	34.894	34.878
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(254.544)	(253.910)	(253.931)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(162.669)	(162.586)	(162.586)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(221.465)	(223.200)	(224.967)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(634.985)	(634.930)	(635.150)
Hedge US\$ (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(1.101.477)	(1.098.514)	(1.096.213)
	Exposição líquida	(2.340.221)	(2.338.246)	(2.337.969)
Exposição líquida total em cada cenário		(2.336.118)	(2.336.783)	(2.337.327)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(665)	(1.209)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2016 foram as seguintes:

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
US\$	3,2591	4,0739	4,8887
EUR	3,4351	4,2939	5,1526
JPY	0,0279	0,0349	0,0419
IPCA	6,36%	7,95%	9,54%
IGPM	7,17%	8,97%	10,76%
IGP-DI	6,87%	8,59%	10,31%
UMBND	0,0636	0,0795	0,0954
URTJLP	2,0097	2,5121	3,0145
CDI	13,63%	17,04%	20,45%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2016, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Controladora						
Classificação por categoria		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	Custo amortizado		4.675.627	4.206.595	4.675.627	4.206.595
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		8.282.685	7.000.379	8.282.685	7.000.379
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.979	3.017	3.979	3.017
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	64.964	78.289	64.964	78.289
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		78.153	90.863	78.153	90.863
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		200.537	217.621	200.537	217.621
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	144.050	417.558	144.050	417.558
Total de ativos financeiros			13.449.995	12.014.322	13.449.995	12.014.322
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.539.395	7.496.947	7.539.395	7.496.947
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Custo amortizado		1.256.147	154.670	1.363.539	166.111
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.286.828	1.656.367	1.307.310	1.777.104
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		2.120.197	120.632	2.242.291	470.828
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	307	292	1.412	1.334
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.111	5.184	4.111	5.184
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	179.101	146.502	179.101	146.502
Não Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		71.907	-	71.907	-
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Custo amortizado		1.837.077	187.176	1.668.524	180.895
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	874.982	2.577.090	822.818	2.366.597
Contraprestação contingente (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	414.733	377.721	414.733	377.721
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		1.396.813	3.299.010	1.260.814	2.942.969
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	36.990	124.780	34.124	98.862
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	1.404	82.421	1.404	82.421
Total de passivos financeiros			17.019.992	16.228.792	16.911.483	16.113.475

Consolidado						
Classificação por categoria		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	Custo amortizado		5.105.110	5.336.845	5.105.110	5.336.845
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		8.701.688	8.285.319	8.701.688	8.285.319
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.979	3.017	3.979	3.017
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	64.964	78.289	64.964	78.289
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		78.166	109.864	78.166	109.864
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		305.411	330.451	305.411	330.451
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	144.050	417.558	144.050	417.558
Total de ativos financeiros			14.403.368	14.561.343	14.403.368	14.561.343
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.611.246	8.373.235	7.611.246	8.373.235
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Custo amortizado		1.256.147	565.700	1.363.539	651.426
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.286.828	1.656.367	1.307.310	1.777.104
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		2.120.197	120.632	2.242.291	470.828
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	307	292	1.412	1.334
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.111	5.184	4.111	5.184
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	179.101	146.502	179.101	146.502
Não Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		71.907	67.742	71.907	67.742
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Custo amortizado		1.837.077	1.499.698	1.668.524	1.192.040
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	874.982	2.577.090	822.818	2.366.597
Contraprestação contingente (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	414.733	377.721	414.733	377.721
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		1.396.813	3.299.010	1.260.814	2.942.969
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	36.990	124.780	34.124	98.862
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	Hedge (econômico)	Nível 2	1.404	82.421	1.404	82.421
Total de passivos financeiros			17.091.843	18.896.374	16.983.334	18.553.965

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente (nota 21) e instrumentos financeiros derivativos (nota 33), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 5) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
Caixa e equivalentes de caixa	5.105.110	5.336.845
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(9.224.074)	(10.221.290)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	28.377	264.757
Aplicações financeiras em garantia à dívida	10.773	38.805
Endividamento líquido	4.079.814	4.580.883
Patrimônio líquido	69.244.419	68.567.242
Índice de endividamento líquido	5,89%	6,68%

d) Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016, 14,0% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (16,5% em 31 de dezembro de 2015). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.287.864 e R\$1.681.968 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$17.293 mil a receber e €5.695 mil a pagar em 31 de dezembro de 2016 e US\$32.030 mil e €19.079 mil a pagar em 31 de dezembro de 2015) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto porcentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. No decorrer de 2015, a TJLP foi elevada para 6,5% para o período de julho a setembro de 7,0% para o período de outubro a dezembro. Em 2016, a TJLP passou a 7,5%.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$4.906.741 e R\$5.103.103 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 21, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 31.12.16	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 16)	7.611.246	-	-	71.907	7.683.153
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 21)	2.542.975	1.129.939	1.326.269	255.851	5.255.034
Contraprestação contingente (nota 21)	-	-	-	414.733	414.733
Debêntures (nota 21)	2.120.504	1.355.683	78.120	-	3.554.307
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	183.212	1.185	97	122	184.616
Total	12.457.937	2.486.807	1.404.486	742.613	17.091.843

Em 31.12.15	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 16)	8.373.235	-	-	67.742	8.440.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 21)	2.222.067	1.920.416	1.804.220	352.152	6.298.855
Contraprestação contingente (nota 21)	-	-	-	377.721	377.721
Debêntures (nota 21)	120.924	1.999.645	1.410.270	13.875	3.544.714
Instrumentos financeiros derivativos (nota 33)	151.686	64.692	4.157	13.572	234.107
Total	10.867.912	3.984.753	3.218.647	825.062	18.896.374

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos Socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte dos prestadores de serviços que são tratados como funcionários diretos bem como reivindicação de responsabilidade solidária resultantes de reclamações de horas extras e acidentes ocupacionais. Se obtivermos decisão desfavorável com relação a uma parcela significativa dessas contingências e se não tivermos reconhecido provisão para esses riscos, nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações podem ser adversamente afetados. Além disso, se as autoridades trabalhistas considerarem que a terceirização de serviços envolve atividades-fim da empresa, o vínculo empregatício poderá ser caracterizado, o que aumentaria significativamente nossos custos e, conseqüentemente, sujeitaria a Companhia a processos administrativos, além de a Companhia ser obrigada a pagar multas aos terceiros.

d.6) Outros Riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras conseqüências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em relação às mencionadas políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna – a qual é parte de uma apuração mais ampla conduzida pela Telefônica, S.A., acionista controladora da Companhia - relacionada a possíveis violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis conseqüências de referida apuração.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	2.102.257	2.102.820
Um ano até cinco anos	7.524.995	7.527.672
Mais de cinco anos	6.589.535	6.589.535
Total	16.216.787	16.220.027

35) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRÓ-FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pró-forma não auditadas ("DREs") referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, relacionadas com a aquisição da GVTPart..

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró-Forma
Receita operacional líquida	40.286.815	1.899.512	-	(52.644)	42.133.683
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.388.376)	(991.472)	(51.759)	52.644	(21.378.963)
Lucro bruto	19.898.439	908.040	(51.759)	-	20.754.720
Receitas (despesas) operacionais	(14.658.841)	(564.646)	(136.695)	-	(15.360.182)
Despesas com comercialização	(11.962.177)	(407.697)	(131.170)	-	(12.501.044)
Despesas gerais e administrativas	(2.142.459)	(154.055)	-	-	(2.296.514)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(554.205)	(2.894)	(5.525)	-	(562.624)
Lucro operacional	5.239.598	343.394	(188.454)	-	5.394.538
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(848.178)	(260.520)	-	-	(1.108.698)
Resultado de equivalência patrimonial	2.036	-	-	-	2.036
Lucro antes dos tributos	4.393.456	82.874	(188.454)	-	4.287.876
Imposto de renda e contribuição social	(973.207)	(30.492)	47.100	-	(956.599)
Lucro líquido do exercício	3.420.249	52.382	(141.354)	-	3.331.277
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					2,10
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					2,30

Notas Explicativas para as DREs

a) Base para elaboração das DREs

As informações contábeis históricas referentes à Companhia e a GVTPart., utilizadas na elaboração destas DREs, foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Estas informações financeiras pró-forma devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas.

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2015.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado da Companhia.

b) Ajustes pró-forma

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada sociedade e os ajustes pró-forma foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis.

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados, refletem: (i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; (ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; (iii) amortizações da marca; (iv) amortizações da carteira de clientes; (v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e; (vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(1)	(8.367)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(1)	(2.148)
Amortização da Marca	(2)	(13.111)
Amortização da Carteira de Clientes	(2)	(114.905)
Outros	(1) / (2)	(49.923)
Tributos diferidos (IR / CS)	(3)	47.100
Eliminações	(4)	52.644

(1) Valores alocados como "Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas";

(2) Valores alocados como "Despesas com Comercialização";

(3) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;

(4) Valores alocados como "Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas", basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

36) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As principais transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros	(61.866)	(49.630)	(61.866)	(74.784)
Total	(61.866)	(49.630)	(61.866)	(74.784)

37) EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Pagamento parcial das licenças 700 MHz

Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$858.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014 (nota 22).

b) Emissão de Debêntures

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$2.000.000.000,00, as quais foram objeto de colocação pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 8 de fevereiro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão serão integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros da Companhia, atendendo aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

c) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários deliberados pela Companhia

Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2017, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$180.000, equivalente a R\$0,09996509791 por ação ordinária e R\$0,10996160770 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$153.000, equivalente a R\$0,08497033323 por ação ordinária e R\$0,09346736655 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 31 de janeiro de 2017.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2018, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 24 de fevereiro de 2017, inclusive.